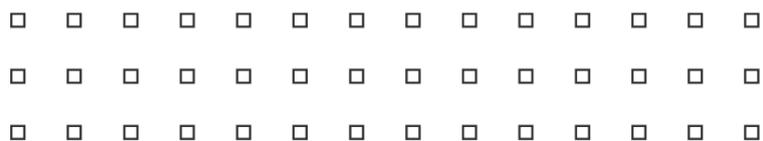


Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

31 de dezembro de 2024





Relatório da Administração

4T24

4T24

São Paulo, 28 de janeiro de 2025 - Em conformidade com as disposições legais, o Banco PAN S.A. (“PAN”, Banco”, “Banco PAN” ou “Companhia”) e suas subsidiárias divulgam os resultados referentes ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2024 acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações operacionais e financeiras do Banco, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em reais, conforme a Legislação Societária e as Práticas Contábeis adotadas no Brasil.

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Nosso propósito é potencializar uma vida financeira inteligente para os nossos clientes, entendendo que cada um deles possui objetivos, expectativas e desafios únicos. Através da nossa plataforma digital completa, ofertamos todos os produtos e serviços em um único aplicativo, atuando como assistente de crédito e consumo para nossos clientes. Dessa forma, oferecemos uma abordagem personalizada, com cross-sell de produtos através de nossas plataformas, levando a um impacto significativo na satisfação do usuário, bem como no nosso crescimento e performance.

Nossa estratégia é baseada em três pilares: (i) **aumento do engajamento**, fortalecendo e impulsionando ainda mais a integração de nossos canais, conectando os clientes B2B ao nosso aplicativo e proporcionando excelência em UX; (ii) **crescimento com rentabilidade**, ampliando nossa carteira e melhorando nossos resultados, enquanto mantemos postura de crédito conservadora; (iii) **consolidação de nossa marca de forma aspiracional**, relacionado ao UX, mas indo além, melhorando a forma como o cliente percebe o Banco PAN.

Continuamos implementando melhorias significativas na experiência e no relacionamento com nossos clientes, alcançando **31,5 milhões de clientes** ao final de 2024. Estes avanços são resultado dos nossos investimentos em UX, lançamento de novos produtos e ferramentas de aprimoramento das ofertas de crédito – que podem ser solicitadas e concluídas em poucas etapas através de nosso *app*, WhatsApp e das plataformas da Mosaico ou Mobiauto, **impulsionando a originação B2C e fortalecendo nosso posicionamento nos segmentos de atuação.**

Ao longo de 2024, nosso portfólio avançou de forma significativa, em linha com nossa estratégia de crescimento de crédito, totalizando R\$ 52,7 bilhões (BRGAAP) - um aumento de 26% em relação ao ano anterior. Além disso, nosso lucro líquido para o ano, ajustado para o ágio, foi de R\$ 855 milhões (BRGAAP), um crescimento de 7% em comparação com R\$ 777 milhões (BRGAAP) em 2023. O ROE, ajustado para o ágio, para 2024 foi de 11,7%, acima dos 11,3% em 2023 (BRGAAP). No 4T24, nosso lucro líquido foi de R\$ 211 milhões (BRGAAP), com um ROE de 11,3% (BRGAAP), ambos ajustados para o ágio, com destaque para:

- 1.** Aumento da carteira, com manutenção de forte originação e menor cessão;
- 2.** Inadimplência controlada e manutenção de abordagem conservadora;
- 3.** Margens robustas, resultado de precificação assertiva.
- 4.** Avanços importantes em UX, com melhora do aplicativo e maior transacionalidade

LINHAS DE NEGÓCIO

Banco Transacional

Em linha com nossa estratégia de fidelização dos clientes e engajamento, continuamos com nossos investimentos em excelência de UX, garantindo uma experiência inteligente e simples, com crescimento através de estratégias eficientes de *cross-sell*.

Ao final de 2024, possuíamos 31,5 milhões de clientes, um crescimento anual de 12%, e mais de 9,1 milhões de clientes com chave PIX cadastrada. Além disso, 15,3 milhões dos nossos clientes possuem crédito contratado conosco, 7% acima do 4T23.

Nosso volume transacionado continua avançando, com o TPV atingido R\$ 34,8 bilhões neste quarto trimestre, acumulando R\$ 124,5 bilhões em 2024, versus R\$ 91,3 bilhões em 2023.

Nosso nível de ativação ao final de 2024 foi de 61%, com um *cross-sell* de 2,3 produtos por cliente ativo.

Crédito Consignado e FGTS

Possuímos um histórico bem-sucedido no mercado de crédito consignado, com foco em empréstimos e cartões de crédito para servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS.

A carteira total de empréstimos consignados terminou o ano de 2024 com um saldo de R\$ 16.276 milhões, comparado a R\$ 17.010 milhões no 3T24 e R\$ 11.922 milhões em dezembro de 2023 (BRGAAP). Esse volume é resultado da menor originação no 4T24, dado a atual taxa teto do consignado INSS e as condições de mercado, como também da estratégia de cessão de carteira..

O portfólio de cartão de crédito consignado fechou 2024 em R\$ 1.844 milhões versus R\$ 2.302 milhões do 3T24 e R\$ 3.843 milhões em dezembro 2023 (BRGAAP). Já a carteira de antecipação do saque aniversário do FGTS concluiu o ano com um saldo de R\$ 1.055 milhões em comparação aos R\$ 663 milhões no 3T24 e R\$ 1.449 milhões em dezembro 2023 (BRGAAP), com variações relacionadas à nossa estratégia de cessão de crédito.

Financiamento de Veículos

Nos consolidamos como uma das principais plataformas do Brasil, fruto de investimentos em UX, tanto na experiência dos clientes quanto na dos lojistas, de um processo de concessão de crédito mais ágil e simplificado, alinhado também a uma estratégia de precificação assertiva.

Tivemos um trimestre com recorde de originação nesse segmento: R\$ 5,0 bilhões, 16% acima do mesmo período no ano anterior, com patamar robusto de rentabilidade.

Juntamente com a Mobiauto, também fornecemos múltiplas soluções para atender às diferentes demandas do ecossistema de financiamento de veículos, tanto na visão do cliente quanto na do lojista. Quando o cliente entra em contato conosco, oferecemos empréstimo pré-aprovado para que ele possa escolher o veículo já sabendo do seu orçamento e, dessa forma, otimizar sua jornada. A Mobiauto também oferece ferramentas e serviços que auxiliam lojistas e clientes em suas necessidades diárias (Mobi Gestor, Passe Carros e Mobi Já).

Nossos investimentos também na experiência dos lojistas permitem que as negociações sejam realizadas em menos tempo, sem prejuízo à assertividade do modelo: com um formulário simplificado, a análise de crédito é realizada considerando apenas três informações para veículos usados e cinco para motos novas.

Além disso, de acordo com nossa estratégia de integração de canais, independente de possuir uma conta corrente PAN, todo cliente com financiamento de veículos tem acesso ao nosso aplicativo para consultar suas parcelas, gerenciar seu contrato além de receber ofertas, aumentando também os níveis de engajamento.

A carteira de financiamento de veículos concluiu 2024 com saldo de R\$ 30.022 milhões, um aumento de 7% no comparativo com os R\$ 28.080 milhões do 3T24 e de 36% com relação aos R\$ 22.044 milhões ao final de 2023 (BRGAAP).

Cartão de Crédito

No final de 2023, começamos a retomada desta linha de crédito de forma gradual e respaldados por um modelo de crédito aprimorado, alinhados também ao lançamento de nossos dois novos cartões de crédito: “Atmosfera” (padrão) e “Estelar” (premium) - ambos vinculados ao nosso novo programa de benefícios.

Mantivemos nossa abordagem conservadora e reduzimos o limite inicial médio por cliente. Nossa estratégia está baseada na adoção da ‘jornada *build your credit*’: clientes terão mais limites na medida em que utilizem seus cartões de forma adequada, fornecendo informações ainda mais precisas para nossas análises.

Concluimos o trimestre com um saldo de R\$ 2.566 milhões na carteira de cartão de crédito, frente aos R\$ 2.198 milhões no 3T24 e R\$ 2.055 milhões ao final de 2023 (BRGAAP).

Empréstimo Pessoal

Este produto combinado com cartão de crédito é essencial para engajar e reter clientes. Dessa forma, no início de 2024 retomamos o crescimento deste segmento de forma gradual, respaldados por nosso modelo de crédito robusto e aprimorado, enquanto também aproveitamos as oportunidades de *cross-sell*.

Nossa carteira fechou o trimestre com um saldo de R\$ 658 milhões, comparado a R\$ 574 milhões no 3T24 e R\$ 218 milhões ao final de 2023 (BRGAAP).

Marketplaces – Mosaico e Mobiauto

Nosso marketplace é uma importante linha de negócio para atrair e engajar clientes, alinhado à nossa estratégia de oferecer créditos e serviços financeiros de forma contextualizada.

Ao longo dos últimos meses, realizamos melhorias relevantes neste segmento, disponibilizando comparativo e histórico de preços também no app do PAN, e nos consolidando como um assistente de compras para nossos clientes. Além disso, lançamos a versão *web* do Shopping PAN, oferecendo mais uma opção de canal para nossos clientes realizarem suas compras.

Concluimos o 4T24 com um take rate de 8,1%, acima dos 6,9% do trimestre anterior, e um GMV de R\$ 536 milhões.

A Mobiauto também apresenta importantes resultados. O número de lojistas cadastrados alcançou 14,2 mil neste trimestre, comparado com 13,2 mil no trimestre

anterior e 9,2 mil no 4T23. Já o número de veículos anunciados neste trimestre foi 303 mil, acima dos 297 mil do trimestre anterior e dos 282 mil no 4T23. A receita neste trimestre foi de R\$ 35,6 milhões, versus R\$ 27,5 milhões no 3T24 e R\$ 25,7 milhões no 4T23.

Seguros

Considerando nossa estratégia de diversificação, o avanço do segmento de seguros é uma importante estratégia para expansão da nossa plataforma com o *cross-sell* de clientes.

Concluimos 2024 com 4,2 milhões de clientes com seguros contratados, um crescimento de 3% quando comparado ao trimestre anterior e 21% acima de 2023. Ainda, neste trimestre, originamos R\$ 270 milhões em prêmios de seguros, 10% acima dos R\$ 245 milhões do 3T24 e 18% acima dos R\$ 229 milhões originados no 4T23, acompanhando principalmente os volumes de originação de veículos

CRÉDITO

ORIGINAÇÃO DE CRÉDITO

Continuamos a originar relevantes volumes de crédito, considerando financiamento de veículos, crédito consignado, FGTS e crédito pessoal. Nossos investimentos em tecnologia e UX levam não só a uma melhor experiência dos lojistas e correspondentes bancários, como também de nossos clientes em nosso aplicativo, impulsionando a originação B2C.

Proporcionamos um processo ágil e simplificado e, dessa forma, mantivemos volume relevante de originação neste trimestre: R\$ 8,2 bilhões – impactado pela redução na originação de consignado INSS via correspondentes bancários, versus R\$ 9,5 bilhões no 3T24 e R\$ 9,6 bilhões no 4T23.

CARTEIRA DE CRÉDITO

Nossa carteira de crédito fechou 2024 com um saldo de R\$ 52,7 bilhões, 3% acima dos R\$ 50,1 bilhões no 3T24 e 26% acima dos R\$ 41,8 bilhões no final de 2023 (BRGAAP).

Ao final de 2024, 15,3 milhões de clientes possuíam produto de crédito, um aumento anual de 15%. Ainda, continuamos com forte engajamento dos nossos clientes: 61% da nossa base total são de clientes ativos. Isso reflete não só nossa bem-sucedida abordagem B2C, como também a efetividade de nossas múltiplas plataformas.

QUALIDADE DE CRÉDITO

Ao longo dos anos, ampliamos a quantidade de produtos oferecidos e diversificamos nosso portfólio de crédito, incluindo alguns com maior margem e potencial de engajamento. Ao mesmo tempo, mantivemos um nível elevado de carteira colateralizada, representando 94% do total ao final de 2024.

No 4T24, o indicador de créditos vencidos acima de 90 dias sobre a carteira foi de 7,0%, abaixo dos 7,1% do 3T24 e dos 7,3% ao final de 2023 (BRGAAP). O indicador de vencidos entre 15 e 90 dias encerrou o trimestre em 8,7%, um aumento em relação aos 8,4% do trimestre anterior explicado pelo mix do nosso portfólio.

CESSÃO DE CARTEIRA DE CRÉDITO

Além de reter créditos em carteira, temos como estratégia ceder créditos sem coobrigação para terceiros como ferramenta usual de gestão de capital e liquidez. No

4T24, realizamos cessões de R\$ 1.545 milhões versus R\$ 2.167 milhões cedidos no 3T24 e R\$ 3.309 milhões no 4T23.

A redução anual do volume de cessão está alinhada à nossa estratégia de retenção e crescimento de portfólio.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O saldo de recursos captados totalizou R\$ 47,2 bilhões no encerramento de 2024 com a seguinte composição: (i) R\$ 15,1 bilhões em depósitos a prazo, equivalente a 32% do total; (ii) R\$ 15,5 bilhões referente a emissões de letras financeiras, ou 33% do total; (iii) R\$ 16,2 bilhões em depósitos interfinanceiros, ou 34% do total e; (iv) outras fontes de financiamento, que correspondiam a R\$ 0,3 bilhão, equivalentes a 0.7% das captações totais.

RESULTADOS

Margem Financeira Líquida Gerencial - NIM

No 4T24, mantivemos entregas consistentes, refletindo em uma margem financeira de R\$ 2.383 milhões (BRGAAP), crescente na comparação trimestral e anual.

Em relação aos ativos rentáveis médios, a NIM neste trimestre foi de 17,6% versus 17,1% no 3T24 e 19,1% no 4T23 (BRGAAP), enquanto a NIM sem cessão foi 17,5% neste período versus 16,3% no 3T24 e 15,1% no 4T23 (BRGAAP). A NIM ex-cessão após custo de crédito foi 10,7% no 4T24 versus 9,8% no 3T24 e 8,7% no 4T23 (BRGAAP).

A manutenção destes indicadores em níveis robustos é consequência da nossa forte originação, alinhada ao aprimoramento de nossos modelos de crédito e precificação assertiva.

Custo de Crédito, Despesas com Provisões e Recuperação de Créditos

A despesa líquida de provisão de créditos totalizou R\$ 665 milhões, frente aos R\$ 641 milhões do 3T24 e aos R\$ 474 milhões do 4T23 (BRGAAP), em linha com as expectativas da administração. Em relação a carteira, a despesa líquida anualizada manteve-se em 5,1% no 4T24.

O custo de crédito no período foi de 6,1%, em linha com os 6,0% no trimestre anterior e 6,1% no 4T23 (BRGAAP).

Custos e Despesas

As despesas administrativas e de pessoal neste trimestre somaram R\$680 milhões, versus R\$ 642 milhões do 3T24 e R\$ 661 milhões no 4T23 (BRGAAP).

As despesas de originação foram R\$ 432 milhões no 4T24, 11% abaixo dos R\$ 485 milhões do trimestre anterior e 26% abaixo dos R\$ 587 milhões do 4T23 (BRGAAP).

Demonstração de Resultados

Neste trimestre, aderimos ao programa Litígio Zero, conforme nota explicativa 26, gerando impacto de R\$ 248 milhões no LAIR. Excluindo-se esse efeito, nosso LAIR (BRGAAP) ajustado pelo ágio fechou o 4T24 em R\$ 340 milhões, comparado com R\$ 267 milhões do 3T24 e R\$ 258 milhões do 4T23.

Também neste período, reconhecemos Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e Base Negativa. Dessa forma, o lucro líquido ajustado pela amortização de ágio (BRGAAP) no trimestre foi de R\$ 211 milhões, em linha com os R\$ 216 milhões do 3T24 e 8% superior aos R\$ 195 milhões do 4T23. O ROE anualizado do período (BRGAAP), ajustado pelo ágio, foi de 11,3%, comparado a 11,8% no 3T24 e 11,1% no 4T23.

Considerando o ano de 2024, o lucro líquido ajustado pela amortização de ágio foi de R\$ 855 milhões, crescimento de 7% frente aos R\$ 777 milhões do ano (BRGAAP)

CAPITAL, RATINGS & MERCADO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido Consolidado do PAN totalizou R\$ 8.427 milhões ao final de 2024, frente aos R\$ 8.107 milhões de 2023 (BRGAAP).

ÍNDICE DE BASILEIA – GERENCIAL

Em função da consolidação do Banco PAN no consolidado prudencial do BTG Pactual, o índice de Basileia individual deixou de ser formalmente divulgado. Entretanto, seguimos divulgando um índice gerencial para acompanhamento da capitalização do Banco PAN.

O Índice de Basileia gerencial (proforma) encerrou 2024 em 14,2% versus 15,8% do ano anterior, compostos integralmente por Capital Principal.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Contábeis do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 162/22, o PAN contratou a PwC em 2024 para prestar os seguintes serviços: (i) consultoria relacionada à área de segurança cibernética no valor de R\$ 6.593 mil, totalizando montante superior aos 5% do total de honorários relativos aos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, de que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios do PAN, e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 28 de janeiro de 2025

Banco Pan S.A.
Demonstrações contábeis
consolidadas em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Pan S.A. ("Instituição") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

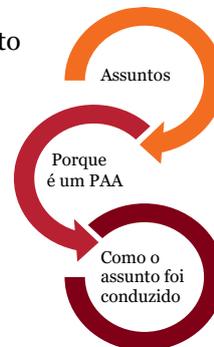
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Provisão para perda de crédito esperada (Notas 3(d), 9 e 10)

O Banco Pan S.A. e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, conforme divulgado na Nota 1. A determinação do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito exige julgamento por parte da administração na determinação de premissas e critérios utilizados.

O IFRS 9 - *Financial Instruments*, estabelece os requisitos de reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros, bem como estabelece modelo de perda de crédito esperada.

O processo estabelecido em atendimento ao IFRS 9 busca capturar potenciais eventos futuros que possivelmente podem aumentar o risco de crédito por meio de fatores internos e externos, cenários econômicos, situação financeira da contraparte, níveis de inadimplência, fluxos de caixa futuros esperados, políticas de renegociação, valores estimados de recuperação e realização das garantias.

Tendo em vista esses aspectos, esta área continua sendo foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram o entendimento dos controles relevantes relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito que tratam da integridade da base de dados, processamento, contabilização das provisões e divulgações em notas explicativas.

Adicionalmente, testamos a conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, bem como recalculamos, em base de testes, a provisão para perda de crédito esperada com base na política estabelecida pela Administração.

Analizamos também a consistência dos modelos e premissas adotadas no processo com os requisitos da norma contábil vigente e com as práticas de mercado.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis consolidadas.

Ambiente de Tecnologia da Informação

O Banco Pan S.A. e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Os riscos relativos aos processos de Tecnologia da Informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Em função desses aspectos, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, entendemos e testamos os controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, relacionados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando necessários.

Também testamos os controles automatizados ou as informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos e segregações de funções relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de

Banco Pan S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

auditoria com relação ao ambiente de Tecnologia da Informação relacionado com o processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Créditos Tributários (Notas 3(q) e 15)

O Banco Pan S.A. e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 3,7 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda - Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários, com potencial impacto no registro e manutenção desses ativos nas demonstrações contábeis consolidadas.

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram o entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos créditos tributários, bem como o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão alinhadas com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.



Banco Pan S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Banco Pan S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5



Fábio de Oliveira Araújo
Contador CRC 1SP241313/O-3



BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	4	5.749	6.220
Ativos financeiros		57.749.219	51.062.641
Ao valor justo no resultado		1.223.905	2.649.036
Títulos e valores mobiliários	5	20.381	51.342
Derivativos	6.a	14.695	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	1.188.829	2.597.694
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.895.839	779.477
Títulos e valores mobiliários	5	1.885.382	762.470
Instrumentos de patrimônio	7	10.457	17.007
Ao custo amortizado		54.629.475	47.634.128
Depósitos compulsórios no Banco Central		2.372.761	3.244.015
Títulos e valores mobiliários	5	6.094.142	6.491.005
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	8	4.520	259.584
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	45.594.280	37.002.430
Benefício residual em operações securitizadas		3.711	4.093
Recebíveis imobiliários	11	15.988	15.476
Outros ativos financeiros	12	544.073	617.525
Outros ativos	13	1.312.335	1.121.947
Ativos não correntes mantidos para venda	14	160.931	226.557
Impostos		4.464.512	4.014.998
A compensar		697.516	491.477
Diferido	15.a	3.766.996	3.523.521
Investimentos em coligadas		21.463	20.180
Imobilizado	16	62.434	106.075
Intangível e ágio	17	721.062	712.843
Total do Ativo		64.497.705	57.271.461
Passivo	0	31/12/2024	31/12/2023
Passivos financeiros		51.994.591	44.872.752
Ao valor justo no resultado	6.a	577	70.327
Derivativos		577	70.327
Ao custo amortizado		51.994.014	44.802.425
Depósitos de clientes	18	15.162.250	20.947.795
Depósitos de instituições financeiras	19	20.971.215	10.221.311
Recursos de emissão de títulos	20	15.499.197	13.039.005
Obrigações por empréstimos	21	229.879	361.278
Dívidas subordinadas	22	15.069	13.046
Outros passivos financeiros	23	116.404	219.990
Provisões	24. i	628.654	321.138
Passivos fiscais		637.888	624.156
Correntes	15.a	452.793	336.765
Diferidos		185.095	287.391
Outros passivos	23.d	3.740.206	4.031.739
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		7.489.714	7.418.149
Capital social:	25	5.928.320	5.928.320
De domiciliados no País		5.580.630	5.458.383
De domiciliados no Exterior		347.690	469.937
Reserva de capital		207.322	207.322
Reserva de lucros		1.514.002	1.314.581
Outros resultados abrangentes		12.466	(1.225)
(Ações em tesouraria)		(172.396)	(30.849)
Participação de acionistas não controladores		6.652	3.527
Total do Patrimônio Líquido		7.496.366	7.421.676
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		64.497.705	57.271.461

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita com juros e similares		13.082.537	15.308.006
Despesas com juros e similares		(5.846.355)	(5.620.567)
Receita líquida com juros e similares	26	7.236.182	9.687.439
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes	10.a	(2.326.674)	(1.721.056)
Perda esperada com demais ativos financeiros		(349)	(5.024)
Receita líquida de perdas esperadas de ativos financeiros		4.909.159	7.961.359
Ganhos/(perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		2.163.604	(492.707)
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado		(404.167)	196.745
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(18.609)	(33)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6f	2.586.380	(689.419)
Receitas de tarifas e comissões	27	1.408.322	994.244
Despesas de pessoal	28	(941.978)	(914.729)
Outras despesas administrativas	29	(2.791.250)	(3.033.530)
Depreciação e amortização	30	(183.520)	(164.102)
Despesas tributárias	31	(836.363)	(526.344)
Provisões (líquidas)	32	(1.064.048)	(284.663)
Outras receitas/(despesas) operacionais	33	(2.298.491)	(2.879.163)
Resultado de participações em coligadas		1.283	4.015
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	34	(24.087)	(4.133)
Resultado antes dos impostos		342.631	660.247
Imposto de renda e contribuição social	15.e	185.598	(68.571)
Lucro Líquido		528.229	591.676
Atribuível a:			
Acionistas Controladores		525.104	590.017
Acionistas não Controladores		3.125	1.659
Média ponderada da quantidade de ações em circulação		1.250.822	1.269.206
Lucro líquido por ação - R\$	25.d	0,42	0,46

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido	528.229	591.676
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração Consolidada do Resultado		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	23.313	4.252
Efeito tributário	(9.622)	(1.496)
Total de outros resultados abrangentes	13.691	2.756
Total do resultado abrangente	541.920	594.432
Atribuível a:		
Acionistas controladores	538.795	592.773
Acionistas não controladores	3.125	1.659

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total Patrimônio Líquido - Acionistas controladores	Total Patrimônio Líquido - Acionistas não controladores	Total
			Legal	Para integridade do patrimônio líquido						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	5.928.320	207.322	153.235	1.072.184	(3.981)	(234.855)	-	7.122.225	1.868	7.124.093
Aquisição de ações em tesouraria	25.e	-	-	-	-	(23.849)	-	(23.849)	-	(23.849)
Cancelamento de Ações em Tesouraria	25.e	-	-	(227.855)	-	227.855	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	2.756	-	-	2.756	-	2.756
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	590.017	590.017	1.659	591.676
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	2.756	-	590.017	592.773	1.659	594.432
Destinações										
Reserva legal (Nota 25.b)	25.b	-	-	34.748	-	-	(34.748)	-	-	-
Transferência de lucros acumulados para reserva de lucros (Nota 25.b)	-	-	-	-	282.269	-	(282.269)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio deliberado propostos (Nota 25.c)	25.c	-	-	-	-	-	(273.000)	(273.000)	-	(273.000)
Diferença de gaap na aquisição de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	5.928.320	207.322	187.983	1.126.598	(1.225)	(30.849)	-	7.418.149	3.527	7.421.676
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	5.928.320	207.322	187.983	1.126.598	(1.225)	(30.849)	-	7.418.149	3.527	7.421.676
Aquisição de ações em tesouraria (Nota 25.e)	25.e	-	-	-	-	(165.230)	-	(165.230)	-	(165.230)
Cancelamento de Ações em Tesouraria (Nota 25.e)	25.e	-	-	(23.683)	-	23.683	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	13.691	-	-	13.691	-	13.691
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	525.104	525.104	3.125	528.229
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	13.691	-	525.104	538.795	3.125	541.920
Destinações										
Reserva legal (Nota 25.b)	25.b	-	-	38.605	-	-	(38.605)	-	-	-
Transferência de lucros acumulados para reserva de lucros (Nota 25.b)	-	-	-	-	184.499	-	(184.499)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio deliberado propostos (Nota 25.c)	25.c	-	-	-	-	-	(302.000)	(302.000)	-	(302.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	5.928.320	207.322	226.588	1.287.414	12.466	(172.396)	-	7.489.714	6.652	7.496.366

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido		528.229	591.676
Ajustes ao lucro líquido:			
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(805)	(6.483)
Depreciações e Amortizações	30	183.520	164.102
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para venda	34	21.228	2.715
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	34	372	8.882
Varição cambial de obrigações por empréstimos		81.243	(52.763)
Constituição de provisões cíveis, trabalhistas e tributárias	32	1.064.048	284.663
Impairment de ágio na aquisição de investimentos	33	5.660	20.464
Perda ao valor recuperável em ativos		15.975	735
Resultado de participações em coligadas		(1.283)	(4.015)
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes	10	2.326.674	1.721.056
Perda esperada com demais ativos financeiros		349	5.024
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(517.561)	(146.729)
Lucro líquido ajustado		3.707.649	2.589.327
Variação de Ativos e Passivos:			
Redução/(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo no resultado		16.266	(24.703)
(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(666.071)	(19.328)
Redução/(Aumento) em depósitos compulsórios		871.254	(221.336)
Redução em empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		58.247	218.543
(Aumento) em empréstimos e adiantamentos a clientes		(9.509.659)	(4.751.330)
(Aumento) em outros ativos financeiros		(205.202)	(546.501)
Redução em ativos fiscais		58.425	137.561
(Aumento) em outros ativos		(525.462)	(514.612)
(Redução)/Aumento em depósitos de clientes		(5.785.545)	1.571.454
Aumento/(Redução) em depósitos de instituições financeiras		10.749.904	(1.145.947)
(Redução) em passivos financeiros ao valor justo no resultado		(69.750)	(27.051)
Aumento em outros passivos financeiros		1.674.023	1.320.881
(Redução) em provisões		(756.532)	(307.807)
Aumento em passivos fiscais		444.541	400.309
(Redução) em outros passivos		(320.533)	(899.725)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(430.809)	(258.676)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades Operacionais		(689.254)	(2.478.941)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento:			
(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(433.528)	(451.676)
Redução em ativos financeiros ao custo amortizado		675.387	2.897.000
Alienação de bens não de uso próprio		373.382	291.433
(Aquisição) de imobilizado	16.b	(13.390)	(23.998)
(Aquisição) de intangível	17.b	(150.974)	(207.431)
Dividendos recebidos		6.550	-
Caixa Líquido Proveniente nas Atividades de Investimento		457.427	2.505.328
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Emissão de recursos de aceites e emissão de títulos		6.667.808	4.039.498
Resgate de recursos de aceites e emissão de títulos		(5.975.827)	(3.155.119)
Pagamento de obrigações por empréstimos	21.b	(213.784)	(366.795)
Pagamento de arrendamento	23.b	(6.233)	(8.649)
Juros sobre o capital próprio pagos	25.c	(273.000)	(320.000)
Aquisição de ações em tesouraria		(165.230)	(23.849)
Caixa Líquido Proveniente nas Atividades de Financiamento		33.734	165.086
(Redução)/Aumento líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(198.093)	191.473
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		207.557	9.601
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		805	6.483
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		10.269	207.557
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA			
Juros pagos		(5.179.395)	(4.380.930)
Juros recebidos		12.074.503	14.657.259
Transferência de ativos não de uso próprio		(4.661)	(2.286)
Ganhos/(perdas) não realizados em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		23.313	4.252

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		10.940.815	12.943.908
Juros e similares	26	13.082.537	15.308.006
Tarifas e comissões		1.408.322	994.244
Perda esperada com ativos financeiros		(2.327.023)	302.324
Outras receitas/(despesas)		(1.223.021)	(3.660.666)
Despesas com juros e similares	26	(5.846.355)	(5.620.567)
Insumos adquiridos de terceiros		(2.759.999)	(3.001.255)
Materiais, energia e outros	29	(2.864)	(3.449)
Serviços de terceiros	29	(704.683)	(750.146)
Outras		(2.052.452)	(3.247.660)
Comissões pagas a correspondentes bancários	29	(620.871)	(751.000)
Processamento de dados	29	(681.919)	(672.384)
Serviços do sistema financeiro	29	(291.944)	(320.872)
Propaganda, promoções e publicidade	29	(311.554)	(363.459)
Comunicações	29	(39.674)	(48.386)
Despesas com busca e apreensão de bens	29	(54.759)	(38.746)
Outras	29	(51.731)	(52.813)
Valor adicionado bruto		2.334.461	4.322.086
Depreciações e amortizações		(183.520)	(164.102)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		2.150.941	4.157.984
Valor adicionado recebido em transferência		1.283	4.015
Resultado de participações em coligadas		1.283	4.015
Valor adicionado total a distribuir		2.152.224	4.161.999
Distribuição do valor adicionado		2.152.224	4.161.999
Pessoal		822.597	803.335
Remuneração direta		630.875	617.998
Benefícios		135.932	127.190
FGTS		43.503	44.201
Outros		12.287	13.946
Impostos, taxas e contribuições		770.147	706.309
Federal		696.548	654.510
Estadual		331	424
Municipal		73.268	51.375
Remuneração de capitais de terceiros	29	31.251	32.275
Aluguéis		31.251	32.275
Remuneração de capitais próprios		528.229	2.620.080
Juros sobre o capital próprio		302.000	273.000
Lucros retidos atribuível aos acionistas controladores		223.104	2.345.421
Lucros retidos atribuível aos acionistas não controladores		3.125	1.659

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

1) Contexto Operacional

O Banco PAN S.A. (“Banco”, “Banco PAN”, “Instituição” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. O Banco tem foco de atuação no varejo, com oferta de uma plataforma completa de crédito e de serviços financeiros. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos (carros usados e motos novas), cartão de crédito, crédito pessoal, crédito pessoal com garantia do FGTS e veículos, limite emergencial (cheque especial), bem como venda de seguros, *marketplace* e subadquirência. Nos serviços, além de todo o transacional inerente a uma conta corrente, também oferece portabilidade de salário, recarga de celular, DDA e programa de fidelização. O Banco PAN possui carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário e aquisição de recebíveis imobiliários. Os benefícios dos serviços prestados entre o Banco PAN e as suas empresas controladas e os custos das estruturas operacionais e administrativas são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Quando necessário, o Banco PAN no contexto de sua estratégia de captação de recursos, pode vir a realizar cessões de crédito (significativamente com transferência substancial de riscos e benefícios) para instituições financeiras. Neste âmbito, o lucro destas vendas, quando concretizadas, é reconhecido imediatamente no resultado do período do Banco Pan. Os resultados estão refletidos nas demonstrações contábeis em receitas da intermediação financeira.

Atualmente o Banco PAN é controlado pelo Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), com 76,03% do capital total.

Em 31/12/2024 o capital social do Banco PAN estava distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Composição Acionária (em milhares de ações)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A. (1)	657.561	100,00	307.260	50,25	964.821	76,03
Mercado (<i>free float</i>)	-	-	285.749	46,72	285.749	22,51
Subtotal	657.561	100,00	593.009	96,97	1.250.570	98,54
Ações em tesouraria (2)	-	-	18.500	3,03	18.500	1,46
Total emitido	657.561	100,00	611.509	100,00	1.269.070	100,00

(1) Participação direta e indireta através do Banco Sistema S.A. subsidiária do Banco BTG Pactual S.A.; e

(2) Ações de própria emissão adquiridas, com base na aprovação do Conselho de Administração para manutenção ou posterior cancelamento (Nota 25.e).

a) Eventos societários

- Alterações PAN Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos**

Em 30/07/2024 o Conselho de Administração do Banco PAN aprovou a proposta de aumento de capital da PAN Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos (“PAN Financeira”), subsidiária da Companhia. Referido aumento foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da PAN Financeira realizada em 26/08/2024, no valor de R\$ 1.000.027 bilhões, aumento este que foi homologado pelo Bacen em 09/12/2024. Adicionalmente, nesta oportunidade, foi aprovado o cancelamento do registro da PAN Financeira como companhia aberta, na categoria “B”, perante a Comissão de Valores Mobiliários.

- Alterações BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.**

Em 16/09/2024, foi aprovada a alteração do tipo societário da BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (“Sociedade”), que passará a ser uma sociedade anônima de capital fechado, com a consequente alteração da razão social para BM Sua Casa Promotora de Vendas S.A. (“BM Sua Casa”). A referida transformação é feita em solução de continuidade, de forma que a BM Sua Casa permanecerá titular de todos os seus direitos e obrigações anteriores ao presente ato. Em decorrência da transformação da Sociedade em sociedade por

ações, foi aprovada a conversão das 179.863.622 (cento e setenta e nove milhões, oitocentas e sessenta e três mil, seiscentas e vinte e duas) quotas representativas do capital social da Sociedade em 179.863.622 (cento e setenta e nove milhões, oitocentas e sessenta e três mil, seiscentas e vinte e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 18/09/2024, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada e aprovada a redução proporcional do capital social na subsidiária da Companhia, a BM Sua Casa Promotora de Vendas S.A., no montante de R\$ 135.340.577,29 (cento e trinta e cinco milhões, trezentos e quarenta mil, quinhentos e setenta e sete reais e vinte e nove centavos), passando o capital social de R\$ 179.863.622,00 (cento e setenta e nove milhões, oitocentos e sessenta e três mil, seiscentos e vinte e dois reais) para R\$ 44.523.044,71 (quarenta e quatro milhões, quinhentos e vinte e três mil, quarenta e quatro reais e setenta e um centavos). Tal redução se dará com o cancelamento de 136.063.918 (cento e trinta e seis milhões, sessenta e três mil, novecentas e dezoito) ações ordinárias e sem valor nominal, passando de 179.863.622 (cento e setenta e nove milhões, oitocentas e sessenta e três mil, seiscentas e vinte e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal para 43.799.704 (quarenta e três milhões, setecentas e noventa e nove mil, setecentas e quatro) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

- **Alterações Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”)**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14/08/2024, foi deliberado pelo cancelamento de companhia aberta da BFRE, na categoria “B”.

Adicionalmente, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/09/2024, foi deliberada e aprovada a redução proporcional do capital social da BFRE, subsidiária da Companhia, no montante de R\$ 65.855.072,14 (sessenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, setenta e dois reais e quatorze centavos), sem cancelamento de ações, passando o capital social de R\$ 107.661.784,69 (cento e sete milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos) para R\$ 41.806.712,55 (quarenta e um milhões, oitocentos e seis mil, setecentos e doze reais e cinquenta e cinco centavos) e a extinção do Conselho de Administração da BFRE.

- **Aquisição da PAN Corretagem de Seguros Ltda.**

Em 19/09/2024, após superadas todas as condições precedentes incluindo as aprovações regulatórias, o Banco PAN adquiriu 100% (cem por cento) do capital social da SF 740 Participações Societárias Ltda., momento em que foi alterado a denominação social para PAN Corretagem de Seguros Ltda. Os montantes envolvidos foram desembolsados mediante condições contratuais estabelecidas.

2) Apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas

2.1) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações contábeis do Banco PAN, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pelo Banco PAN em sua administração.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 28/01/2025.

2.2) Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis a partir de 01/01/2024

Alterações na IFRS 16 – Arrendamentos – Estabelece alterações sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação. As transações de venda e *leaseback* em que alguns ou todos os pagamentos de arrendamento são pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa têm maior probabilidade de serem impactados. Essas alterações têm vigência a partir de 01/01/2024 e não há impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN.

Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – Segregação entre Passivo Circulante e Não Circulante. Em 10/2022 o IASB determinou que as entidades classifiquem dívidas como não circulantes apenas se puder evitar a sua liquidação nos 12 meses após a data de reporte. No entanto, às vezes essa liquidação pode estar condicionada ao cumprimento de cláusulas contratuais (*covenants*). Os *covenants* a serem cumpridos após a data de reporte não devem afetar a classificação como circulante ou não circulante, mas tal fato deve ser divulgado em nota explicativa para que os usuários entendam o risco de uma possível liquidação antecipada. Essa alteração tem vigência a partir de 01/01/2024 e não há impactos com a aplicação desta regulamentação.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Alterações IAS 21 – “Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis” – As alterações exigem que sejam fornecidas informações mais úteis, em suas demonstrações contábeis, quando uma moeda não puder ser trocada por outra. A norma estabelece que as companhias adotem uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda e, quando não puder, deve-se determinar a taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Essas alterações entrarão em vigor para períodos iniciados a partir de 01/01/2025 e a Companhia está avaliando os impactos desta alteração.

IFRS 18 – “Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras”, este pronunciamento visa substituir o IAS 1 “Apresentação de Demonstrações Financeiras”. Essa norma tem como objetivo aprimorar a comunicação de informações nas demonstrações contábeis, com foco especial na demonstração do resultado (DRE) e nas notas explicativas. O IFRS 18 será aplicável para períodos iniciados a partir de 01/01/2027. As análises referentes as mudanças em divulgação serão concluídas até a data de entrada em vigor da norma.

Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As emendas, publicado em 05/2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com características ESG (Ambiental, Social e Governança) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos por meio de sistemas de pagamento eletrônico. Essas emendas será aplicável para exercícios iniciados em 01/01/2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva. A Companhia está avaliando os impactos desta alteração.

IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade. Essa norma apresenta a estrutura conceitual base para a divulgação de informações materiais sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, em toda a cadeia de valor de uma entidade. Sua adoção será obrigatória a partir do exercício de 2026.

IFRS S2 - Divulgações relacionadas ao clima. Trata-se da primeira norma temática e estabelece requisitos para divulgação de informações relativas a riscos e oportunidades especificamente relacionados ao clima. Sua adoção será obrigatória a partir do exercício de 2026.

2.3) Uso de Estimativas Contábeis, Críticas e Julgamentos

As demonstrações contábeis são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Banco. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente. As estimativas e premissas utilizadas pelo Banco são as melhores estimativas disponíveis e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas pelo Banco e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas que consideram os eventos futuros. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significantes estão descritas abaixo:

a) Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo no resultado incluem principalmente: (i) empréstimos e adiantamentos a clientes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) derivativos.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados com base no preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação realizada entre participantes independentes na data da mensuração, sem favorecimento. Há diferentes níveis de dados que devem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros: os dados observáveis que refletem os preços cotados de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos (nível 1), os dados que são direta ou indiretamente observáveis como ativos ou passivos semelhantes (nível 2), ativos ou passivos idênticos em mercados sem liquidez e dados de mercado não observáveis que refletem as próprias premissas do Banco ao precificar um ativo ou passivo (nível 3). Maximiza-se o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo. Para chegar a uma estimativa de valor justo de um instrumento mensurado com base em mercados não observáveis, o Banco primeiramente determina o modelo apropriado a ser adotado e devido à falta de acompanhamento dos dados significativos, avalia todos os dados baseados nas experiências relevantes na derivação de dados de avaliação, inclusive, porém não se limitando a curvas de rentabilidade, taxas de juros, volatilidades, preços de participações no capital ou dívidas, taxas de câmbio e curvas de crédito. Além disso, a respeito dos produtos que não são negociados em bolsa, a decisão do Banco deve ser considerada para avaliar o nível apropriado de ajustes de avaliação para refletir a qualidade de crédito da contraparte, o próprio valor de crédito, limitações de liquidez e parâmetros não observáveis, quando relevantes. Embora se acredite que os métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles praticados no mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para apurar o valor justo de determinados instrumentos financeiros poderia resultar em uma estimativa diferente de valor justo na data de divulgação e/ou liquidação.

b) Perda esperada de ativos financeiros

Na data-base de divulgação das demonstrações contábeis, o Banco deve avaliar as perdas inerentes a ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A determinação da perda esperada com ativos financeiros ao custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, exige um alto nível de julgamentos que envolve critérios diversos de avaliação, tais como:

- Prazo para avaliação da perda esperada;
- Informações prospectivas;
- Cenários de perda ponderados pela probabilidade; e
- Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito.

Os títulos públicos de governos nacionais são considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, conforme estudo efetuado pelo Banco PAN.

As metodologias e as suposições usadas são revistas regularmente para reduzir qualquer diferença entre as estimativas e a efetiva perda esperada.

c) Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ativos não correntes mantidos para venda

Na data-base de divulgação das demonstrações contábeis, o Banco possuía como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável. O Banco mantém provisão para desvalorização de veículos e afins relativos a ativos não correntes mantidos para venda.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Banco, é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações contábeis. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

e) Provisões, contingências e outros compromissos

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos, decorrentes do curso normal de suas atividades e operações, propostos por empregados, terceiros e órgãos públicos, de naturezas trabalhistas, cíveis e tributárias. Essas ações são conduzidas por advogados externos e geridas individualmente por meio de sistema informatizado.

As provisões e contingências são constituídas com base no risco de perda provável, utilizando metodologia estatística individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e valor da demanda. Para as demandas tributárias e estratégicas, o Banco constitui provisão com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer dos assessores legais, a evolução da jurisprudência e as experiências prévias sobre a matéria. As ações trabalhistas e cíveis massificadas consideram a avaliação de advogados externos especializados e são provisionadas de acordo com o índice histórico de perda de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos meses.

2.4) Base de Consolidação

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

	Participação total %	
	31/12/2024	31/12/2023
Controladas diretas:		
PAN Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos	100,00	100,00
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização	100,00	100,00
PAN Participações Ltda.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas S.A.	100,00	100,00
Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.	100,00	100,00
PAN Corretagem de Seguros Ltda. (1)	100,00	-
Controladas indiretas:		
Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda. (2)	80,00	80,00
G.W.H.C. Serviços Online Ltda. (3)	100,00	100,00

(1) Adquirido em 2024. (nota 1.a – Eventos Societários);

(2) Empresa controlada pela Brazilian Finance & Real Estate S.A.; e

(3) Empresa controlada pela Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A..

Nas demonstrações contábeis foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, oriundos das transações entre o Banco e suas controladas, e seus respectivos resultados.

3) Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações contábeis foram as seguintes:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação/transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas na moeda do ambiente econômico primário, na qual cada entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações contábeis, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Reais, moeda funcional do Banco e de suas subsidiárias e também a moeda de apresentação das demonstrações contábeis.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado de acordo com a IAS 21.

b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições e reconhecimento

Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

Derivativo: é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo ou inferior em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

Valor justo: valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis provenientes de negócio, negociante, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

Taxa efetiva: é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Modelo de negócio: documento que demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratados, venda do ativo financeiro ou ambos.

Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros: são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e o juros correspondem: valor do dinheiro no tempo (somente a compensação da passagem do tempo), risco do crédito associado ao valor do principal a receber, risco de liquidez, compensação custos administrativos e operacionais e margem de lucro.

Perda de crédito esperada: é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito, ou seja, o valor presente de todos os déficits de caixa, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Reconhecimento: os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando, e somente quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento e mensurados, inicialmente, ao valor justo, acrescido, no caso de item não mensurado ao valor justo, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados por três categorias:

- 1) Ativos Financeiros ao Custo Amortizado: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:

- a) mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
 - b) os termos contratuais do ativo financeiro correspondem a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- 2) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:
- a) mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
 - b) os termos contratuais do ativo financeiro correspondem a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- 3) Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado: correspondem aos ativos que atendem uma das seguintes condições:
- a) ativos financeiros que não atendem as condições de ativos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
 - b) escolha irrevogável, dos ativos que atendem as exigências de mensuração ao custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no reconhecimento inicial, com o propósito de eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, a Instituição pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de “Outros resultados abrangentes”. Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada.

iii. Desdobramento dos ativos financeiros para fins de apresentação

- **Caixa e equivalentes de caixa:** são representados por disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- **Empréstimos e adiantamentos a clientes:** incluem os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. As operações de crédito e de arrendamento mercantil compreendem os empréstimos e títulos descontados, financiamentos e outros créditos.
- **Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras:** créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil, exceto os representados por títulos.
- **Títulos e valores mobiliários:** representam os bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- **Instrumentos de patrimônio:** são os instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- **Outros ativos financeiros:** referem-se, basicamente, a saldos a receber junto a “Instituições Financeiras”, decorrente de operações de cessão de crédito.

- **Custos de aquisição diferidos:** As despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado mensalmente, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices.
- **Derivativos:** inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que foram designados como instrumento de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*) e outros instrumentos financeiros derivativos.

iv. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo no resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subseqüentemente ao valor justo;
- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável;
- Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subseqüentemente pelo maior valor entre: a) o valor da provisão para perdas; e b) o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios da IFRS 15; e
- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subseqüentemente pelo maior valor entre: a) o valor da provisão para perdas; e b) o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial;

- **Depósitos de instituições financeiras:** depósitos de qualquer natureza, inclusive no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- **Depósitos de clientes:** inclui os depósitos à vista e a prazo recebidos pelo Banco e todos os demais saldos credores do Banco junto aos seus clientes.
- **Obrigações por títulos e valores mobiliários no Exterior:** inclui o valor de dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- **Derivativos:** valor justo a pagar pelo Banco nos derivativos incluindo os instrumentos designados em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).
- **Relações com correspondentes:** inclui os passivos assumidos em operações de cessão de crédito sem retenção substancial de riscos e benefícios, em virtude de parcelas recebidas antecipadamente a serem repassadas aos cessionários, mensurados com base na taxa de cessão.
- **Dívidas subordinadas:** refere-se às operações de captação por meio de emissão de letras financeiras subordinadas.
- **Recursos de emissão de títulos:** refere-se a fontes de captação para financiamento das operações do Banco. São inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subseqüentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que a Instituição designou os passivos a valor justo contra resultado.

- **Obrigações por empréstimos e repasses:** refere-se a fontes de captação no País e no Exterior para financiamento das operações do Banco. São inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que a Instituição designou os passivos a valor justo contra resultado.
- **Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros:** representa a obrigação em operações de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios. Os valores são representados pelo valor presente dos compromissos financeiros futuros descapitalizados pela taxa original da cessão de crédito.

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros:

i. Mensuração dos ativos e passivos financeiros

Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são reconhecidos no resultado do período.

Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”.

Ativos Financeiros ao Custo Amortizado: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação, reduzidos pelas amortizações e provisões para perdas esperadas, sendo as receitas de juros calculadas pelo método de juros efetivo e reconhecidas no resultado do período.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. Existem também os passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado que se refere a obrigações de títulos e valores mobiliários no Exterior, dívidas subordinadas e instrumentos financeiros derivativos gerados em posições passivas em contratos de swap e futuros. O valor justo é mensurado pelo critério do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros, descontados por taxas divulgadas no mercado futuro na data do balanço.

iii. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica “Ganhos/(Perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)”.

Ajustes devidos a variações no valor justo, decorrentes de ativos financeiros ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica “Outros Resultados Abrangentes”. Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no Patrimônio Líquido Consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

iv. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, exceto ativos mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco, exceto os passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são mensurados pelo custo amortizado no balanço patrimonial.

a) Baixa de ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando:

A Instituição não tiver expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele; ou

A Instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxo de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) a Instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a Instituição não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

A Instituição realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém quando todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos são retidos pelo Banco estes não são baixados do balanço patrimonial.

ii. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e contrapartida ao reconhecimento de um novo passivo, a respectiva diferença é reconhecida no resultado.

b) Compensação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando, e somente quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são periodicamente remensurados pelo seu valor justo com as variações reconhecidas diretamente no resultado.

Para a determinação do valor justo dos derivativos deve-se avaliar se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado por meio de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos de precificação, tais como, a consideração do risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do Banco (derivativos passivos).

De acordo com a política interna de gestão de riscos, o Banco documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos e objetos, quando da designação inicial da operação, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade.

O Banco avalia, no início da operação e em bases periódicas, se os instrumentos são efetivos na compensação das variações no valor justo dos respectivos itens objetos de *hedge* durante o período para o qual está designado, e se os resultados atuais de cada operação estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade estabelecidos pelo IAS 39.

Para a contabilização e divulgação das estruturas de *hedge accounting*, o Banco utilizou a faculdade do IFRS 9 de manter os requerimentos previstos na IAS 39.

- **Hedge de valor justo**

Quando um derivativo é designado como *hedge* de valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme, as variações no valor justo do derivativo e as variações no valor justo do item objeto de *hedge* são reconhecidas diretamente no resultado.

- **Estrutura de Hedge contábil**

No primeiro semestre de 2016, o Banco designou mais uma estrutura de *hedge* contábil de valor justo, correspondente à parcela da carteira de crédito de varejo e os respectivos instrumentos financeiros derivativos empregados com objetivo de minimizar o risco de taxa de juros pré-fixados. Assim, as operações de crédito de juros pré-fixados passaram a ser marcadas a mercado, com realização de testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e reconhecimento do resultado da marcação a mercado direto no resultado do exercício. No segundo semestre de 2019, foi realizado o aprimoramento do programa de *hedge* contábil de crédito de varejo de forma a considerar a opcionalidade comportamental do pré-pagamento para novas designações.

Já no segundo semestre de 2016, foi realizado o *hedge* contábil de valor justo de passivos pré-fixados de longo prazo e os respectivos instrumentos financeiros derivativos empregados com objetivo de minimizar o risco de taxa de juros pré-fixados. Assim, as operações passivas de longo prazo passaram a ser marcadas a mercado, com realização de testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e reconhecimento do resultado da marcação a mercado direto no resultado do exercício.

Em dezembro de 2021, o Banco estruturou operação de *hedge* contábil de valor justo utilizando *swaps* cambiais e de taxa de juros com o objetivo de minimizar o risco de juros (cupom cambial) da captação externa em aberto.

Dessa forma, o Banco passou a realizar a marcação a mercado da obrigação por empréstimo emitida no Exterior, e dos derivativos de *hedge*, realizando testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e passou a reconhecer o resultado dos derivativos e dos itens objeto de *hedge* diretamente no resultado do exercício.

- **Instrumentos de hedge**

Os instrumentos de *hedge* de exposições cambiais são derivativos que possuem como posição ativa valores em Dólar Americano (US\$) e como posição passiva valores em Reais (taxa pré-fixada ou atreladas ao DI).

Os instrumentos de *hedge* para exposições à taxas de juros pré-fixadas são derivativos que possuem o objeto indexado à taxa pré-fixada e o instrumento indexado à taxa de juros DI.

- **Objetos de hedge**

O item objeto de *hedge* de exposição cambial é a captação realizada no Exterior (passivo), sendo uma obrigação por empréstimo em Dólar Americano (US\$).

Os itens objeto de *hedge* de exposições de taxas de juros pré-fixadas são parcelas da carteira de crédito varejo e passivos de longo prazo.

d) Provisão para perda de crédito esperada

A provisão para perda de crédito esperada é a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que esperamos receber, descontados a taxa de juros efetiva original ou a taxa de

juros efetiva ajustada ao crédito para ativos financeiros comprados ou concedidos com problemas de recuperação de crédito.

Os fluxos de caixa estimados, levam em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro (pagamentos antecipados, extensão, opção de compra e similares) ao longo da vida esperada desse instrumento. Também são incluídos ao fluxo de caixa, venda de garantia detida e outras melhorias de crédito que forem parte integrante dos termos contratuais. Nos casos que não forem possíveis estimar, de forma confiável, a vida esperada do instrumento, a entidade utiliza o termo contratual remanescente do instrumento financeiro.

A Instituição reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, recebíveis de arrendamento, ativos contratuais no escopo do IFRS 15, compromisso de empréstimos e contratos de garantia financeira.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência esperada dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência esperada. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente; e
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência esperada. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

e) Redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

A redução do valor recuperável (*impairment*) dos ativos não financeiros – é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substanciais, independentemente de outros ativos ou grupo de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objetos de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável.

f) Vendas com compromisso de recompra e compras com compromisso de revendas

As compras de ativos financeiros vinculadas a contratos de revenda são reconhecidas como um financiamento concedido, garantido por ativo financeiro, sendo consideradas, quando aplicável, como “Caixa e equivalentes de caixa”. As vendas de ativos financeiros vinculadas a contratos de recompra são reconhecidas como um financiamento recebido, garantido por ativo financeiro, sendo apresentadas no balanço patrimonial na conta “Depósitos de instituições financeiras” (passivo).

As variações do resultado entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como “Receitas de juros e similares” e “Despesas de juros e similares” ao longo do prazo do respectivo contrato.

g) Operações de arrendamento (Arrendatário)

Corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao Ativo de Direito de Uso, depreciado de forma linear pelo prazo do arrendamento e testados periodicamente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A despesa financeira corresponde aos juros do passivo de arrendamento e é reconhecida na rubrica de despesa de juros na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os impactos das operações de arrendamento estão apresentados nas notas explicativas: 13 e 23.

h) Ativos não correntes mantidos para venda

O Banco classifica os ativos em não correntes mantidos para venda, quando seu valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda e não pelo uso contínuo e que também satisfaçam os critérios de classificação como mantidos para venda. Estes são avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, por meio da utilização de percentuais históricos de recuperação que representam a melhor estimativa da Administração.

i) Investimentos em empresas coligadas

Coligadas são todas as empresas sobre as quais a Organização possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controle. Normalmente, é presumida influência significativa quando a Organização detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Mesmo com menos de 20% do direito de voto, a Organização poderá ter uma influência significativa, através de participação na administração da investida ou participação no Conselho de Administração, com poder de voto. Os investimentos em coligadas são registrados nas demonstrações contábeis pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente ao custo.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados ao item e seu custo possa ser mensurado com segurança. Os demais gastos subsequentes são reconhecidos imediatamente na rubrica de "Outras despesas administrativas", quando incorridos.

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada e pelo custo de aquisição dos ativos deduzindo o seu valor residual.

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das demonstrações contábeis, se há qualquer indicação de que um ativo possa ter valor não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada).

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação entre o valor líquido recebido e o valor contábil e são reconhecidos como “Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda” na demonstração do resultado.

Benfeitorias em imóveis de terceiros: Somente são reconhecidos como ativos tangíveis quando o custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel.

As entidades consolidadas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável deste grupo de ativos. Os critérios utilizados para reconhecer estas perdas são similares aos utilizados para ativos tangíveis

k) Ativos intangíveis

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, e no caso de ativos intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. São representados por:

i. Softwares:

Os *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos na aquisição e desenvolvimento e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Estes custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Banco, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios forem atendidos:

- A administração tem intenção e capacidade para uso ou venda do *software* sendo tecnicamente viável sua conclusão e provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com confiabilidade.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

ii. Licenças:

As licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as licenças com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização, para estes casos, é realizada pelo método linear de acordo com o prazo contratual, a partir da disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O teste de *impairment* é realizado no mínimo a cada data de encerramento de exercício e sempre que houver evidência objetiva de perda da respectiva classe de ativos.

l) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método contábil de aquisição. O método envolve reconhecer ativos (inclusive, se aplicável, ativos intangíveis previamente não reconhecidos) e passivos (inclusive passivos contingentes e excluindo reestruturação futura) identificáveis do negócio adquirido pelo seu valor justo.

Ações emitidas e transferidas como parte de pagamento são mensuradas ao valor justo na data da emissão. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos é reconhecido como ágio. Se o custo de aquisição é menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos, o desconto na aquisição é reconhecido diretamente na demonstração do resultado no ano da aquisição.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é inicialmente contabilizado pelo custo, representando o excesso do custo da combinação de negócios sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda com redução ao valor recuperável acumulado. O ágio é revisado por redução ao valor recuperável anualmente, ou até mais frequentemente, se eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil possa estar abaixo do valor recuperável. Eventuais perdas por impairment de ágio não são revertidas posteriormente.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações contábeis, efetuaram uma distinção entre:

- Provisões: saldos representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessárias) ao final do exercício. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

- Passivos contingentes não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos, sendo objeto de provisão contábil. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações contábeis, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.

n) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas estão resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares:

As receitas e despesas com juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

A “Taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

ii. Receitas de tarifas e comissões:

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- As receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo, são reconhecidas no resultado pelo prazo contratual das operações; e
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período em que perdurar a prestação destes serviços.

iii. Receitas e despesas operacionais

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros ou custos serão realizados / incorridos pela entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

o) Garantias financeiras

O Banco emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários. Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas ao valor justo, e o valor presente de taxas, comissões e juros recebidos e a receber desses contratos ao longo de seu prazo na rubrica de “Receitas de tarifas e comissões”.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

p) Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são: salários, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários.

ii. Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco disponibiliza assistência médica e curso de qualificação e/ou requalificação profissional aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefício rescisório.

q) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base.

Por meio de estudo técnico realizado pela Administração, a expectativa de recuperação dos créditos tributários contabilizados é de até dez anos. A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis ou não tributáveis.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável futuros para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a realização de tais valores.

A despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

r) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos detentores das ações ordinárias pela média ponderada das ações ordinárias em poder dos acionistas na data do balanço. O lucro diluído por ação é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo básico por ação pelos investimentos com potencial de diluição.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há investimentos potenciais diluíveis.

s) Patrimônio líquido

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis no final do período, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral / Conselho da Administração.

t) Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Banco.

As receitas e despesas diretamente relacionadas com cada segmento são consideradas na avaliação do desempenho do segmento de negócios.

O Banco possui os seguintes segmentos de negócios: (i) Financeiro e (ii) Outros.

u) Benefício residual em operações securitizadas

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio.

v) Eventos subsequentes

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São divididos em:

- i. eventos que originam ajustes, relacionados às condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- ii. eventos que não originam ajustes, relacionados às condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades em moeda nacional	5.130	5.736
Disponibilidades em moeda estrangeira	619	484
Subtotal (caixa)	5.749	6.220
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	4.520	201.337
Total	10.269	207.557

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5) Títulos e Valores Mobiliários

a) Composição:

A carteira de títulos e valores mobiliários, em 31/12/2024 e em 31/12/2023, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	20.381	51.342
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	51.342
Outros	20.381	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.885.382	762.470
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	1.666.787	553.158
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	198.905	204.741
Certificado de Depósito Bancário – CDB	19.690	4.571
Ativos financeiros ao custo amortizado	6.094.142	6.491.005
Notas do Tesouro Nacional – NTN	6.094.142	6.491.005
Total	7.999.905	7.304.817

b) Variações:

“Ativos financeiros ao valor justo no resultado”:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo do início do exercício	51.342	48.384
Adições/(alienações) líquidas	(34.462)	(994)
Ajuste a valor de mercado	-	(28)
Juros	3.501	3.980
Saldo do fim do exercício	20.381	51.342

“Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo do início do exercício	762.470	285.397
Adições/(alienações) líquidas	992.963	439.442
Ajuste a valor de mercado	5.046	4.825
Juros	127.953	36.957
Ágio / (Deságio)	(3.050)	(4.151)
Saldo do fim do exercício	1.885.382	762.470

“Ativos financeiros ao custo amortizado”:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo do início do exercício	6.491.005	8.816.055
Adições/(alienações) líquidas	(1.033.075)	(3.058.623)
Juros	636.212	733.573
Saldo do fim do exercício	6.094.142	6.491.005

c) Prazo de vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
Até 360 dias	2.430.428	2.706.970
Acima de 360 dias	5.569.477	4.597.847
Saldo do fim do exercício	7.999.905	7.304.817

6) Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, swap e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. A política de gestão de riscos do Banco PAN define que a utilização de instrumentos derivativos tem como objetivo proteger a exposição gerada pelas operações de crédito do Banco, pelas captações e pelas exposições cambiais em operações *offshore*.

Os instrumentos derivativos são utilizados em duas estratégias: carteira de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*). São classificados na carteira de negociação os derivativos destinados a estratégias direcionais e, à realização de *hedge* econômico de outros elementos da carteira de negociação. São classificados na carteira bancária os derivativos utilizados como *hedge* de instrumentos classificados na carteira *banking*, incluindo aqueles utilizados como *hedge* contábil. Os riscos dessas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, classificados como “ao valor justo no resultado”, são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. O valor de mercado dos instrumentos listados em bolsa corresponde à sua cotação no mercado ou à cotação de produtos semelhantes. Caso não haja cotação de mercado para determinado instrumento, seu valor de mercado será definido por fluxo de caixa descontado ou por modelos de precificação. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, os ganhos e as perdas são também registrados no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* são apurados utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A.. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários. Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros obtidas na B3 S.A.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) são definidos pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A.. A partir desse preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou como despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado

com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

a) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrados pelo seu valor de custo atualizado, marcação a mercado e saldo contábil aberto por prazos:

Banco e Consolidado	Custo atualizado	Saldo Contábil	Circulante		Não Circulante	Total em 31/12/2024	Total em 31/12/2023
			Até 30 dias	De 30 a 90 dias	Acima de 360 dias		
Posição Ativa	310.042	311.148	-	255.239	55.909	311.148	372.395
Swap	310.042	311.148	-	255.239	55.909	311.148	372.395
Posição Passiva	(292.830)	(297.030)	-	(241.121)	(55.909)	(297.030)	(442.722)
Swap	(292.830)	(297.030)	-	(241.121)	(55.909)	(297.030)	(442.722)
Contratos Futuros (I)	73.055	-	-	-	-	73.055	21.624
Posição ativa (Nota 9)	73.589	-	-	-	-	73.589	22.442
Posição passiva	(534)	-	-	-	-	(534)	(818)
Total	90.267	14.118	-	14.118	-	87.173	(48.703)

b) Valor dos instrumentos financeiros derivativos por indexador:

Banco e Consolidado	31/12/2024				31/12/2023
	Valor de Referência	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Saldo Contábil	Valor de Referência
Contratos de Swap					
Posição ativa:	291.652	310.735	413	311.148	429.008
Moeda Estrangeira	214.504	232.896	953	233.849	429.008
IPCA	77.148	77.839	(540)	77.299	-
Posição passiva:	291.652	(293.256)	(3.774)	(297.030)	429.008
Mercado Interfinanceiro	214.504	(215.684)	(3.470)	(219.154)	429.008
Mercado Interfinanceiro	77.148	(77.572)	(304)	(77.876)	-
Contratos Futuros	38.540.556	-	-	-	30.734.738
Compromissos de Compra:	-	-	-	-	496.013
Mercado Interfinanceiro	-	-	-	-	496.013
Compromissos de Venda:	38.540.556	-	-	-	30.238.725
Mercado Interfinanceiro	38.537.446	-	-	-	30.236.290
Moeda Estrangeira	3.110	-	-	-	2.435
Total	38.832.208	17.479	(3.361)	14.118	31.163.746

c) Abertura por vencimento (valor de referência):

Banco e Consolidado	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2024	31/12/2023
Contratos swaps	-	-	-	235.743	55.909	291.652	429.008
SOFR x DI	-	-	-	214.504	-	214.504	429.008
IPCA x DI	-	-	-	21.239	55.909	77.148	-
Contratos futuros	3.382.619	3.110	5.333.343	7.950.604	21.870.880	38.540.556	30.734.738
DI	3.382.619	-	5.333.343	7.950.604	21.870.880	38.537.446	30.732.303
Dólar	-	3.110	-	-	-	3.110	2.435
Total	3.382.619	3.110	5.333.343	8.186.347	21.926.789	38.832.208	31.163.746

d) Local de negociação e contrapartes:

	31/12/2024	31/12/2023
Balcão	291.652	429.008
B3 S.A. (bolsa)	38.540.556	30.734.738
Total	38.832.208	31.163.746

e) Hedge contábil – valor de mercado:

	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos Financeiros		
Posição Ativa	1.752.429	2.079.578
Swap – Dólar (1)	233.849	372.395
Futuros DII B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (2)	1.518.580	1.707.183
Posição Passiva	(40.316.188)	(31.131.632)
Swap – CDI	(219.154)	(442.722)
Futuros DII B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (3)	(40.097.034)	(30.688.910)
Objeto de Hedge		
Posição Ativa	38.211.255	29.615.006
Operações de Crédito (3)	38.211.255	29.615.006
Posição Passiva	(1.743.868)	(2.114.521)
Empréstimo no Exterior (1)	(231.471)	(363.541)
Certificados de depósitos a prazo (2)	(1.512.397)	(1.750.980)

(1) Utilizado como proteção da operação de captação no Exterior (Nota 21);

(2) Utilizado como proteção do risco pré-fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo (Nota 18); e

(3) Neste objeto de hedge inclui os créditos de varejo: Consignado, Veículos, Empréstimo FGTS e Cartão Consignado (Nota 9).

f) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap – ganhos/(perdas) não realizadas	91.287	(25.656)	65.631	210.921	(327.568)	(116.647)
Futuros - ganhos/(perdas) realizadas	6.667.254	(4.146.505)	2.520.749	2.713.486	(3.286.258)	(572.772)
Total	6.758.541	(4.172.161)	2.586.380	2.924.407	(3.613.826)	(689.419)

7) Instrumentos de patrimônio

	31/12/2024	31/12/2023
CIP S.A.	10.457	17.007
Total	10.457	17.007

8) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras**a) Composição:**

	31/12/2024	31/12/2023
Classificação:		
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	4.520	259.584
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	4.520	259.584
Tipo:		
Compra com compromissos de revenda	-	192.426
Depósitos interfinanceiros	4.520	67.158
Total	4.520	259.584

b) Prazo de vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
Até 30 dias	2.489	202.724
De 31 a 90 dias	2.031	-
Acima de 360 dias	-	56.860
Total	4.520	259.584

9) Empréstimos e adiantamentos a clientes**a) Composição:**

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e adiantamentos a clientes - ao valor justo no resultado	1.188.829	2.597.694
Empréstimos e adiantamentos a clientes - ao custo amortizado	50.932.633	41.347.372
Provisão para perda de crédito esperada (Nota 10)	(5.338.353)	(4.344.942)
Empréstimos e adiantamentos a clientes líquidos	46.783.109	39.600.124

b) Abertura:

	31/12/2024	31/12/2023
Financiamentos (1)	29.335.451	21.733.079
Empréstimos e títulos descontados (1)	22.710.517	20.042.951
Títulos e créditos a receber (2)	1.991.797	1.608.786
Créditos vinculados à cessão (Nota 8.e)	6.880	77.963
Subtotal	54.044.645	43.462.779
(+/-) Ajuste ao valor de mercado (1)	(1.923.183)	482.287
Total	52.121.462	43.945.066

(1) Carteira de crédito que existem contratos que são objeto de *hedge* contábil (nota 6.e); e

(2) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e crédito a receber com características de concessão de crédito.

c) Prazo de vencimento:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 1 dia	2.489.268	4,78	2.230.221	5,08
A vencer				
A vencer até 3 meses	7.955.365	15,26	6.828.684	15,54
A vencer de 3 a 12 meses	14.119.076	27,09	11.647.551	26,50
A vencer acima de um ano (1)	27.557.753	52,87	23.238.610	52,88
Total	52.121.462	100,00	43.945.066	100,00

(1) Em 31/12/2024 o PAN possuía aproximadamente R\$ 2,7 bilhões em carteira a vencer com prazo superior a 5 (cinco) anos.

d) Reconciliação do valor contábil bruto dos empréstimos e adiantamentos a clientes:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2022	33.539.476	2.255.779	4.652.804	40.448.059
Transferidos para o Estágio 1	-	(220.724)	(60.656)	(281.380)
Transferidos para o Estágio 2	(945.397)	-	(26.447)	(971.844)
Transferidos para o Estágio 3	(1.800.217)	(459.622)	-	(2.259.839)
Oriundos do Estágio 1	-	945.397	1.800.217	2.745.614
Oriundos do Estágio 2	220.724	-	459.622	680.346
Oriundos do Estágio 3	60.656	26.447	-	87.103
Ativos originados/Ativos liquidados ou amortizados	5.868.481	(282.943)	(1.409.200)	4.176.338
Write-off	(1.310)	(963)	(677.058)	(679.331)
Saldo em 31/12/2023	36.942.413	2.263.371	4.739.282	43.945.066

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2023	36.942.413	2.263.371	4.739.282	43.945.066
Transferidos para o Estágio 1	-	(148.140)	(35.244)	(183.384)
Transferidos para o Estágio 2	(1.239.793)	-	(15.435)	(1.255.228)
Transferidos para o Estágio 3	(2.169.489)	(550.811)	-	(2.720.300)
Oriundos do Estágio 1	-	1.239.793	2.169.489	3.409.282
Oriundos do Estágio 2	148.140	-	550.811	698.951
Oriundos do Estágio 3	35.244	15.435	-	50.679
Ativos originados/Ativos liquidados ou amortizados	9.596.324	81.612	(259.303)	9.418.633
Write-off	(1.001)	(48)	(1.241.188)	(1.242.237)
Saldo em 31/12/2024	43.311.838	2.901.212	5.908.412	52.121.462

e) Operações de venda e transferência de ativos financeiros:

Nos exercícios de 31/12/2024 e 31/12/2023, o Banco realizou cessões de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios a outras instituições financeiras. O lucro nas cessões de crédito é apresentado na nota explicativa de receitas com juros e similares.

	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Consignado/FGTS	10.220.249	8.107.143	2.113.106	17.097.950	13.268.190	3.829.760
Total	10.220.249	8.107.143	2.113.106	17.097.950	13.268.190	3.829.760

(1) Contabilizado em "Receitas com juros e similares – Lucro nas cessões de crédito" (Nota 26).

10) Perda de Crédito Esperada para as operações com Empréstimos e Adiantamentos a Clientes

a) Movimentação:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo do início do período	4.344.942	3.878.209
Complemento de provisão	2.326.674	1.721.056
Write-off	(1.333.263)	(1.254.323)
Saldo do fim do período	5.338.353	4.344.942

No exercício findo em 31/12/2024, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas esperadas no montante de R\$ 103.290 (R\$ 74.878 em 31/12/2023).

b) Reconciliação da provisão para perda de crédito esperada :

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2022	811.525	352.770	2.713.914	3.878.209
Transferidos para o Estágio 1	-	(5.746)	(6.134)	(11.880)
Transferidos para o Estágio 2	(285.957)	-	(4.961)	(290.918)
Transferidos para o Estágio 3	(1.129.210)	(327.389)	-	(1.456.599)
Oriundos do Estágio 1	-	285.957	1.129.210	1.415.167
Oriundos do Estágio 2	5.746	-	327.389	333.135
Oriundos do Estágio 3	6.134	4.961	-	11.095
Ativos originados/Ativos liquidados ou amortizados	1.409.874	292.012	19.170	1.721.056
Write-off	(192)	(354)	(1.253.777)	(1.254.323)
Saldo em 31/12/2023	817.920	602.211	2.924.811	4.344.942

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2023	817.920	602.211	2.924.811	4.344.942
Transferidos para o Estágio 1	-	(4.981)	(2.658)	(7.639)
Transferidos para o Estágio 2	(334.314)	-	(3.428)	(337.742)
Transferidos para o Estágio 3	(1.467.394)	(385.551)	-	(1.852.945)
Oriundos do Estágio 1	-	334.314	1.467.394	1.801.708
Oriundos do Estágio 2	4.981	-	385.551	390.532
Oriundos do Estágio 3	2.658	3.428	-	6.086
Ativos originados/Ativos liquidados ou amortizados	1.947.698	168.626	210.350	2.326.674
Write-off	(228)	(34)	(1.333.001)	(1.333.263)
Saldo em 31/12/2024	971.321	718.013	3.649.019	5.338.353

11) Recebíveis imobiliários

	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	31/12/2024	31/12/2023
Cédula de Crédito Imobiliário	15/11/2034	INCC/IGPM/POUPANÇA/CDI e sem correção Monetária	0 até 20,05	15.988	15.476
Total				15.988	15.476

12) Outros ativos financeiros

	31/12/2024	31/12/2023
Valores a receber por cessão de créditos	468.777	593.916
Negociação e intermediação de valores	75.296	23.609
Total	544.073	617.525

13) Outros ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Devedores diversos País	540.687	412.125
Depósitos judiciais e fiscais	268.721	397.182
Valores a receber de sociedade ligadas	313.016	33.021
Despesas antecipadas	122.532	143.260
Direito de uso de arrendamento	5.834	9.243
Relações interfinanceiras	115	37.137
Outros	61.430	89.979
Total	1.312.335	1.121.947

14) Ativos não correntes mantidos para venda

	31/12/2024	31/12/2023
Imóveis	112.090	130.149
Veículos	80.288	133.165
Outros	6.744	326
Provisão para perda ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(38.191)	(37.083)
Total	160.931	226.557

15) Crédito tributário e passivos fiscais

a) Composição de crédito tributário e passivos fiscais:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Sobre a baixa e transferência de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios e sobre os efeitos da taxa efetiva de juros dos empréstimos e recebíveis	(141.373)	(163.075)
Sobre prejuízos fiscais	865.191	1.020.854
Sobre diferenças temporárias	3.043.178	2.665.742
Provisão para perda esperada	2.225.459	1.739.950
Provisão de ações cíveis	235.392	100.786
Provisão de ações trabalhistas	26.460	25.318
Provisão de ações tributárias	16.626	14.325
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	14.428	16.661
Ajuste ao valor de mercado	512	9.298
Outras	524.301	759.404
Total do Ativo	3.766.996	3.523.521
Provisão para impostos diferidos sobre superveniência de depreciação	-	38
Provisão para impostos diferidos sobre ajuste a mercado de derivativos	185.095	284.416
Provisão atualização Participação Invest CIP S.A.	-	2.937
Provisão para impostos e contribuições	452.793	336.765
Total do Passivo	637.888	624.156

b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

Ativo diferido

	31/12/2024			31/12/2023		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo do início do exercício	1.999.277	1.524.244	3.523.521	1.891.282	1.433.060	3.324.342
(+) Constituição de créditos	1.322.837	1.031.430	2.354.267	1.036.222	825.631	1.861.853
(-) Realização de créditos	(1.199.635)	(911.157)	(2.110.792)	(928.227)	(734.447)	(1.662.674)
Saldo do fim do exercício	2.122.479	1.644.517	3.766.996	1.999.277	1.524.244	3.523.521

Passivo diferido

	31/12/2024			31/12/2023		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo do início do exercício	190.093	97.298	287.391	162.349	70.880	233.229
(+) Constituição de Passivos	715.177	572.139	1.287.316	17.453	13.842	31.295
(-) Realização de Passivos	(772.522)	(617.090)	(1.389.612)	10.291	12.576	22.867
Saldo do fim do exercício	132.748	52.347	185.095	190.093	97.298	287.391

c) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2024, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 28/01/2025.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados na medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os

prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias		Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais		Ajustes de IFRS		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	1.078.860	-	199.630	-	93.772	-	1.372.262
2025	611.204	363.714	196.352	278.564	50.934	31.613	858.490	673.891
2026	596.038	321.185	59.371	332.061	49.670	27.917	705.079	681.163
2027	282.841	309.915	71.959	194.782	23.570	26.937	378.370	531.634
2028	251.516	179.270	96.562	4.874	20.960	15.581	369.038	199.725
2029	261.821	26.232	117.151	5.506	21.818	2.280	400.790	34.018
2030	211.672	23.362	143.663	5.436	17.639	2.030	372.974	30.828
2031	208.454	-	150.243	-	17.371	-	376.068	-
2032	255.043	-	29.890	-	21.254	-	306.187	-
Total	2.678.589	2.302.538	865.191	1.020.853	223.216	200.130	3.766.996	3.523.521

Em 31/12/2024, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco totalizava R\$ 2.195.461 (R\$ 2.606.892 em 31/12/2023).

d) Créditos tributários não ativados:

Em 31/12/2024, a Instituição possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 230.396 (31/12/2023 – R\$ 582.869), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 103.678 (31/12/2023 – R\$ 244.667).

e) Encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes da tributação	342.631	660.247
Encargos / crédito total do imposto de renda e contribuição social (1)	(154.184)	(297.111)
Outros valores (2) (3)	464.458	265.796
Diferença de alíquota entre as empresas	(124.676)	(37.256)
Imposto de renda e Contribuição social	185.598	(68.571)

- (1) Alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para o Banco à alíquota de 20%, para a Pan Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos (atual denominação da Pan Arrendamento Mercantil) alíquota de 15% e para as demais empresas alíquota de 9%;
- (2) Refere-se principalmente ao efeito do Incentivo Fiscal de Inovação Tecnológica previsto na Lei n. 11.196/05 e do reconhecimento de IRPJ e CSLL a recuperar sobre atualização monetária pela taxa SELIC de indêbitos tributários referente aos anos de 2016 a 2020 (Tema 962 do STF); e
- (3) Refere-se ao efeito da adesão a autorregularização prevista na Lei n. 14.740/23 para débitos de PIS e COFINS de 2019 e 2020 e ativação de Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e Base Negativa em decorrência da aplicação de novas premissas no plano de negócios da Pan Financeira e adesão ao Programa Litígio Zero.

16) Imobilizado**a) Composição:**

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2024	31/12/2023
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	46.176	(17.684)	28.492	29.405
Sistemas de segurança e comunicações	10%	4.844	(2.896)	1.948	2.807
Sistemas de processamento de dados	20%	74.233	(42.239)	31.994	37.460
Máquinas de adquirência	33%	59.191	(59.191)	-	36.403
Total em 31/12/2024		184.444	(122.010)	62.434	-
Total em 31/12/2023		237.276	(131.201)	-	106.075

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

	Instalação, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Máquinas de adquirência	Total
Saldo em 31/12/2022	33.838	3.780	27.185	71.925	136.728
Aquisições	1.423	276	22.299	-	23.998
Baixas	(14)	(18)	(650)	-	(682)
Depreciação	(5.842)	(1.231)	(11.374)	(35.522)	(53.969)
Saldo em 31/12/2023	29.405	2.807	37.460	36.403	106.075

	Instalação, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Máquinas de adquirência	Total
Saldo em 31/12/2023	29.405	2.807	37.460	36.403	106.075
Aquisições	5.357	2	8.031	-	13.390
Baixas	(875)	(54)	(598)	(14.722)	(16.249)
Depreciação	(5.395)	(807)	(12.899)	(21.681)	(40.782)
Saldo em 31/12/2024	28.492	1.948	31.994	-	62.434

17) Ativo intangível e ágio**a) Composição:**

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2024	31/12/2023
Softwares	20% a 60%	403.995	(197.798)	206.197	184.184
Licença de uso	20% a 60%	265.154	(218.975)	46.179	52.706
Marcas e patentes	5% a 50%	30.802	(7.994)	22.808	24.415
Carteira de clientes (4)	10%	6.483	(1.945)	4.538	5.186
Softwares (4)	20%	6.240	(3.744)	2.496	3.744
Ágio e marcas adquiridas (1)(2)	-	459.279	(20.435)	438.844	442.608
Total em 31/12/2024		1.171.953	(450.891)	721.062	-
Total em 31/12/2023		1.121.966	(409.123)	-	712.843

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	Softwares	Licença de uso	Marcas e patentes	Carteira de clientes (4)	Softwares (4)	Ágio e marcas adquiridas (1)(2)	Total
Saldo em 31/12/2022	90.626	44.194	25.958	-	-	472.002	632.780
Adições	121.198	86.233	-	-	-	-	207.431
Transferência (3)	-	-	-	6.483	6.240	(12.723)	-
Baixas	(2)	(51)	-	-	-	-	(53)
Amortização	(27.638)	(77.670)	(1.543)	(1.297)	(2.496)	(16.671)	(127.315)
Total em 31/12/2023	184.184	52.706	24.415	5.186	3.744	442.608	712.843

	Softwares	Licença de uso	Marcas e patentes	Carteira de clientes (4)	Softwares (4)	Ágio e marcas adquiridas (1)(2)	Total
Saldo em 31/12/2023	184.184	52.706	24.415	5.186	3.744	442.608	712.843
Adições	77.000	73.974	-	-	-	-	150.974
Baixas	(9.156)	(248)	(65)	-	-	-	(9.469)
Amortização	(45.831)	(80.253)	(1.542)	(648)	(1.248)	(3.764)	(133.286)
Total em 31/12/2024	206.197	46.179	22.808	4.538	2.496	438.844	721.062

(1) Trata-se da aquisição das empresas Mosaico e Mobiauto – Combinação de negócios;

(2) Inclui R\$ 100.486 de marcas que estão sendo amortizadas no prazo de 10 anos;

(3) O saldo de 31/12/2022, anteriormente apresentado, foi ajustado após finalização do PPA da empresa Mobiauto. Dessa forma, o ágio preliminar foi realocado nos saldos iniciais da movimentação; e

(4) Intangíveis identificados em combinação de negócios.

18) Depósitos de clientes

a) Classificação:

	31/12/2024	31/12/2023
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	15.162.250	20.947.795
Total	15.162.250	20.947.795

b) Composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Tipos:		
Depósitos à vista	98.964	76.385
Depósitos a prazo (1)	15.063.286	20.871.410
Total	15.162.250	20.947.795

(1) Objeto de hedge contábil (Nota 6.e).

c) Prazo de vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
Sem vencimento	98.964	76.385
Até 30 dias	1.700.621	2.105.786
De 31 a 90 dias	848.121	3.000.054
De 91 a 180 dias	2.848.863	2.446.247
De 181 a 360 dias	3.147.935	3.601.124
Acima de 360 dias	6.517.746	9.718.199
Total	15.162.250	20.947.795

19) Depósitos de instituições financeiras**a) Composição:**

	31/12/2024	31/12/2023
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	20.971.215	10.221.311
Tipos:		
Venda com compromisso de recompra	4.750.000	4.703.896
Depósitos interfinanceiros	16.221.215	5.517.415
Total	20.971.215	10.221.311

b) Prazo de vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
Até 30 dias	5.326.879	4.949.392
De 31 a 90 dias	10.935	627.577
De 91 a 180 dias	86.220	3.680
De 181 a 360 dias	38.442	350.311
Acima de 360 dias	15.508.739	4.290.351
Total	20.971.215	10.221.311

20) Recursos de emissão de títulos**a) Composição:**

	31/12/2024	31/12/2023
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	15.499.197	13.039.005
Tipos:		
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	2.440	69.340
Letras Financeiras - LF	15.496.757	12.969.665
Total	15.499.197	13.039.005

b) Variações:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldos do início do período	13.039.005	10.618.218
Juros	1.768.211	1.536.408
Emissões	6.667.808	4.039.498
Pagamento de Juros/(Resgate)	(5.975.827)	(3.155.119)
Saldo do fim do período	15.499.197	13.039.005

c) Prazo de vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
Até 30 dias	55.170	336.258
De 31 a 90 dias	739.084	1.320.774
De 91 a 180 dias	1.201.819	1.564.910
De 181 a 360 dias	3.571.814	1.936.448
Acima de 360 dias	9.931.310	7.880.615
Total	15.499.197	13.039.005

21) Obrigações por empréstimos

a) Saldos patrimoniais:

	31/12/2024	31/12/2023
No Exterior (1) (2)	229.879	361.278
Total	229.879	361.278

(1) Empréstimo realizado em 22/12/2021 no montante de US\$ 150 milhões de dólares, com vencimento em 15/12/2025;

(2) Objeto de *hedge* contábil (Nota 6.e).

b) Variações:

No Exterior	31/12/2024	31/12/2023
Saldos do início do exercício	361.278	773.561
Amortização	(213.784)	(366.795)
Juros	33.399	55.356
Pagamentos de Juros	(29.647)	(57.628)
Variação Cambial	79.055	(52.762)
MTM	(1.583)	5.585
Custo associado à emissão	1.161	3.961
Total	229.879	361.278

22) Dívidas subordinadas

a) Classificação:

	31/12/2024	31/12/2023
Passivos financeiros ao custo amortizado	15.069	13.046
Total	15.069	13.046

b) Composição:

Valor da operação	31/12/2024	31/12/2023
No País:		
Letras Financeiras Subordinadas – R\$ (1)	15.069	13.046
Total	15.069	13.046

(1) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 18/04/2019 com vencimento em 16/04/2027.

c) Variações:

No País	31/12/2024	31/12/2023
Saldos do início do exercício	13.046	10.987
Juros	2.023	2.059
Saldo do fim do exercício	15.069	13.046

23) Outros passivos

a) Outros passivos financeiros:

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	9.674	93.408
Relações com correspondentes	98.451	115.056
Obrigações de arrendamento (Nota 23.b)	8.279	11.526
Total	116.404	219.990

b) Obrigações de arrendamento:

O Banco PAN é arrendatário, principalmente de imóveis para uso em suas operações que incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Durante o exercício findo em 31/12/2024, a saída de caixa com arrendamentos totalizou R\$ 6.233 (31/12/2023 - R\$ 8.649).

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldos do início do exercício	11.526	16.269
Adições/exclusões de contratos	2.048	2.571
Pagamentos	(6.233)	(8.649)
Apropriação de encargos financeiros	938	1.335
Saldo do fim do exercício	8.279	11.526

c) Vencimento dos arrendamentos:

	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 ano	5.032	4.130
De 1 a 5 anos	3.247	7.396
Total de pagamentos futuros	8.279	11.526

d) Outros passivos não financeiros:

	31/12/2024	31/12/2023
Operações com cartões de crédito	2.007.845	1.644.039
Pagamentos a efetuar	783.870	1.033.417
Operações vinculadas a cessão	205.438	685.967
Sociais e estatutárias	412.596	391.869
Valores a repassar – Programa Desenrola	104.346	-
Valores a pagar a sociedades ligadas	39.464	22.490
Arrecadação de cobrança	26.748	89.902
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	10.906	17.317
Negociação e intermediação de valores	5.538	3.334
Outros	143.455	143.404
Total	3.740.206	4.031.739

24) Provisões**Provisões:**

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício regular de suas atividades. São constituídas provisões para os processos cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal classificados como de perda provável com base no histórico de perdas, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas, as quais decorrem, em geral, de pretensão enquadramento na categoria dos bancários, especialmente horas extras em razão do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

As ações trabalhistas são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e, embora contem com a condução e avaliação de advogados internos e externos especializados, são provisionadas de acordo com o histórico de perdas de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos 12 ou 36 meses, dependendo do tipo de autor, podendo sofrer atualização anual e corrigido a uma taxa de 1% ao mês, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

Processos cíveis

São processos de natureza cível e consumerista, que contemplam pedidos de indenização a revisão de condições de contratação ou questionamentos a tarifas cobradas nos produtos oferecidos.

As ações cíveis, geridas por meio de sistema informatizado, são divididas em dois grupos:

1) ações massificadas

Na metodologia utilizada para o cálculo da provisão cível nas ações massificadas é aplicado um modelo estatístico que calcula o *ticket* médio de perda esperada de todas as ações encerradas e pagas nos últimos 24 meses. Este indicador, variável por cada cluster de processo, é atualizado a cada 3 meses e seu acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

2) ações cíveis estratégicas

A provisão das ações cíveis estratégicas é realizada de forma julgamental, a partir da análise conjugada dos elementos do processo, da opinião de escritórios terceirizados, do momento processual, do entendimento dos tribunais sobre o tema, bem como em decorrência de impactos à imagem e às operações do Banco.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

Processos tributários

Trata-se de ações passivas de cunho administrativo e judicial distribuídas pela União, Estados, Distrito Federal e pelos municípios, em face do Grupo PAN, objetivando a exigência de tributos de suas respectivas competências já constituídos, inscritos ou não em dívida ativa. Todas as discussões tributárias são conduzidas por escritórios especializados, sob a supervisão do Jurídico Tributário do PAN.

Os valores constituídos como provisão são decorrentes de tributos cuja matéria é amplamente estudada levando em consideração aspectos processuais, jurisprudenciais, doutrinários e que sejam, de acordo com opinião legal dos nossos assessores, classificados como perda provável.

I. Provisões segregadas por natureza:

	31/12/2024	31/12/2023
Processos cíveis	524.754	225.250
Processos trabalhistas	58.915	56.490
Processos tributários	44.985	39.398
Total	628.654	321.138

II. Movimentação das provisões:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2022	204.427	94.253	45.602	344.282
Constituição líquida de reversão	264.161	23.776	(3.274)	284.663
Atualização monetária	-	-	(140)	(140)
Baixas por pagamento	(243.338)	(61.539)	(2.790)	(307.667)
Saldo em 31/12/2023	225.250	56.490	39.398	321.138

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2023	225.250	56.490	39.398	321.138
Constituição líquida de reversão (i)	984.717	76.569	2.762	1.064.048
Atualização monetária	-	-	3.059	3.059
Baixas por pagamento	(685.213)	(74.144)	(234)	(759.591)
Saldo em 31/12/2024	524.754	58.915	44.985	628.654

(i) Em 30/06/2024, em decorrência de aprimoramento na metodologia de provisionamento/processos relativos às contingências cíveis e trabalhistas, foi realizada provisão adicional de R\$ 276.332. Parte do incremento resultante do aprimoramento foi consumido pelo levantamento de depósitos judiciais.

III. Passivos contingentes classificados como perda possível:

As principais discussões relativas a ações fiscais e tributárias cuja probabilidade de perda está classificada como possível estão descritas a seguir:

IRPJ/CSLL – Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito e outras despesas operacionais, referente aos anos calendário de 2007 a 2017. Em dezembro de 2024, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 770 milhões;

IRPJ/CSLL – Dedutibilidade dos ágios pagos na aquisição de participações societárias amortizados nos anos calendário 2014 a 2017. Em dezembro de 2024, o valor relacionado a esses processos totaliza aproximadamente R\$ 27,7 milhões;

PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de *Swap* da base de cálculo, referente ao ano calendário de 2010. Em dezembro de 2024, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 5,7 milhões;

PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de comissões pagas aos correspondentes bancários e de perdas em venda ou transferência de ativos financeiros, referentes aos anos calendários de 2017 e 2019. Em dezembro de 2024, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 390 milhões;

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) e Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT) – Incidência de contribuição previdenciária sobre PLR e PAT, dos anos calendários de 2012, 2013, 2016 e 2017. Em dezembro de 2024, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 157,7 milhões;

Compensações não homologadas - Indeferimento de pedidos de compensações de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, decorrentes de pagamentos a maior ou indevidos. Em dezembro de 2024, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 31,9 milhões;

Demais discussões pulverizadas na carteira e classificadas com prognóstico de perda possível - Trata-se de débitos oriundos de cobranças de IPVA, Multas de Trânsito, ISS, IPTU, Taxas ITBI, IRPJ/CSLL

oriundo da desmutualização da B3 (balcão), dentre outros. Em dezembro de 2024, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 62 milhões.

25) Patrimônio líquido

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 5.928.320 em 31/12/2024 e em 31/12/2023.

Abaixo demonstramos as ações nominativas escriturais (em milhares de ações) e sem valor nominal.

	31/12/2024	31/12/2023
Ordinárias	657.561	657.561
Preferenciais	611.509	615.638
Subtotal	1.269.070	1.273.199
Em tesouraria (preferenciais) (1)	(18.500)	(4.160)
Total	1.250.570	1.269.039

1) Ações de própria emissão e adquiridas, com base nos Programas de Recompras de Ações aprovadas pelo Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria ou posterior cancelamento (Nota 25.e).

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do Banco PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social do Banco. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido da Instituição, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, essa reserva poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Instituição.

c) Juros sobre o capital próprio/dividendos:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre o lucro societário, conforme demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Lei 4.595/64 e Lei 6.404/76), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A seguir demonstra-se o cálculo de juros sobre o capital próprio:

	31/12/2024	% (1)	31/12/2023	% (1)
Lucro líquido	772.096		694.959	
(-) Reserva Legal	(38.605)		(34.748)	
Base de cálculo	733.491		660.211	
Juros sobre o capital próprio (bruto) deliberados provisionados/pagos (2)	302.000		273.000	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(45.300)		(40.950)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) deliberados/provisionados/pagos (3)	256.700	35,0%	232.050	35,1%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;

(2) JCP por ação pago relativo ao exercício de 2024 é de : R\$ 0,24148992464 (2023: R\$ 0,21512331532); e

(3) JCP por ação pago relativo ao exercício de 2024 é de : R\$ 0,20526643595 (2023: R\$ 0,18285481802).

d) Lucro por ação:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	525.104	590.017
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Instituição (R\$ mil)	276.053	305.681
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Instituição (R\$ mil)	249.051	284.336
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	657.561	657.561
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	593.241	611.645
Lucro líquido por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Instituição	0,42	0,46
Lucro líquido por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Instituição	0,42	0,46

e) Ações em tesouraria:

Em 09/11/2023, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a abertura de um Novo Programa de Recompra de Ações, sendo autorizada a aquisição de até 32.000.000 (trinta e dois milhões) de ações preferenciais de emissão própria, nominativas, escriturais e sem valor nominal (BPAN4). Tais ações serão mantidas em tesouraria ou futuramente canceladas ("Novo Programa de Recompra de Ações"). O Novo Programa de Recompra de Ações terá um prazo de até 18 (dezoito) meses, contados a partir de 09/11/2023.

Em reunião realizada em 09/11/2023, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o cancelamento das ações preferenciais já mantidas na tesouraria da Companhia, sem redução do capital social, as quais foram objeto de aquisições realizadas no âmbito do Programa de Recompra de Ações, deliberação essa que foi ratificada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") de 30/04/2024 da Companhia. Em 25/06/2024, o Bacen homologou o referido cancelamento de ações preferenciais mantidas em tesouraria, sem redução do capital social, e a composição acionária, passou a ser da seguinte forma: capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 5.928.320.482,90, representado por 1.269.070.090 ações, sendo 657.560.635 ações ordinárias e 611.509.455 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31/12/2024, o saldo de ações em tesouraria totalizava o montante de R\$ 172.396, sendo composto por 18.500 ações preferenciais.

26) Receita líquida com juros

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas com juros e similares		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9.663.845	10.154.762
Lucro nas cessões de crédito (Nota 9.e)	2.113.106	3.829.760
Aplicações em títulos de renda fixa	762.536	767.047
Depósitos compulsórios no Banco Central	294.222	350.837
Prêmio de performance das cessões	222.284	92.328
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	24.174	111.448
Outras	2.370	1.824
Total de receitas com juros	13.082.537	15.308.006
Despesas com juros e similares		
Obrigações por empréstimos	(113.526)	(8.188)
Depósitos de clientes	(2.102.911)	(2.505.523)
Recurso de emissão de títulos	(1.780.989)	(1.538.878)
Depósitos de instituições financeiras	(1.819.252)	(1.524.456)
Créditos cedidos com retenção de riscos e benefícios	(4.180)	(17.156)
Outras	(25.497)	(26.366)
Total de despesas com juros	(5.846.355)	(5.620.567)
Total	7.236.182	9.687.439

27) Receita de tarifas e comissões

	31/12/2024	31/12/2023
Cartões de crédito	271.670	242.146
Operações de crédito	451.038	246.940
Comissão/intermediação	420.421	210.940
Outras	265.193	294.218
Total	1.408.322	994.244

28) Despesas de pessoal

	31/12/2024	31/12/2023
Proventos	589.605	580.602
Encargos sociais	162.884	155.595
Benefícios	135.932	127.190
Honorários	41.270	37.396
Outros	12.287	13.946
Total	941.978	914.729

29) Outras despesas administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Comissões pagas a correspondentes bancários	620.871	751.000
Serviços de terceiros	704.683	750.146
Processamento de dados	681.919	672.384
Propaganda, promoções e publicidade	311.554	363.459
Serviços do sistema financeiro	291.944	320.872
Comunicações	39.674	48.386
Despesas com busca e apreensão de bens	54.759	38.746
Outras	85.846	88.537
Total	2.791.250	3.033.530

30) Depreciação e amortização

	31/12/2024	31/12/2023
Despesa com amortização	137.095	105.534
Despesa com depreciação	46.425	58.568
Total	183.520	164.102

31) Despesas tributárias

	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição à COFINS (i)	653.031	402.155
Contribuição ao PIS (i)	106.147	66.591
Imposto sobre serviços	72.505	50.487
Impostos e taxas	4.680	7.111
Total	836.363	526.344

(i) O Banco PAN efetuou a adesão ao Programa de Redução da Litigiosidade Fiscal (PRLF) ou simplesmente conhecido como Litígio Zero e incluiu processos administrativos em curso com valores iguais ou inferiores a R\$ 50.000.000,00, quitando parte da dívida com Créditos de Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL. Os valores desta transação foram R\$ 19.091.423,51 de PIS, R\$ 124.110.293,95 COFINS e R\$ 104.853.913,42 de valores de multa e juros (nota 33).

32) Provisões líquidas

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões cíveis (i)	(984.717)	(264.161)
Provisões trabalhistas (i)	(76.569)	(23.776)
Provisões tributárias	(2.762)	3.274
Total	(1.064.048)	(284.663)

(i) Em 30/06/2024, em decorrência de aprimoramento na metodologia de provisionamento/processos relativos às contingências cíveis e trabalhistas, foi realizada provisão adicional de R\$ 276.332. Parte do incremento resultante do aprimoramento foi consumido pelo levantamento de depósitos judiciais.

33) Outras receitas e (despesas) operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de encargos e despesas	350.924	257.507
Variação monetária ativa/(passiva)	13.858	46.917
Despesa de cessão de operações de crédito	(1.768.232)	(2.403.958)
Impairment de ágio na aquisição de investimentos	(5.660)	(20.464)
Descontos concedidos	(452.182)	(422.243)
Prejuízo com operações de crédito / financiamento e fraudes	(119.567)	(140.175)
Multa e juros – litígio zero (Nota 31)	(104.854)	-
Gravames	(63.709)	(46.274)
Outras	(149.069)	(150.473)
Total	(2.298.491)	(2.879.163)

34) Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para a venda

	31/12/2024	31/12/2023
Reversão/(desvalorização) de ativos não correntes mantidos para venda	(21.228)	(2.715)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	(372)	(8.882)
Outras	(2.487)	7.464
Total	(24.087)	(4.133)

35) Segmentos operacionais

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e

Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Financeiro; e
- Outros.

O segmento Financeiro corresponde às operações bancárias em geral.

O segmento Outros é representado pelas empresas BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., Brazilian Securities Companhia de Securitização, Brazilian Finance & Real Estate S.A., PAN Participações Ltda., Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A., G.W.H.C. Serviços Online Ltda.; Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda. e PAN Corretagem de Seguros Ltda..

	31/12/2024				31/12/2023			
	Financeiro	Outros	Eliminações	Total	Financeiro	Outros	Eliminações	Total
Receita líquida de juros	7.122.981	113.201	-	7.236.182	9.568.770	118.669	-	9.687.439
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes	(2.330.760)	4.086	-	(2.326.674)	(1.724.886)	3.830	-	(1.721.056)
Perda esperada com demais ativos financeiros	1.105	(1.454)	-	(349)	(295)	(4.729)	-	(5.024)
Receita líquida de perda esperada de ativos financeiros	4.793.326	115.833	-	4.909.159	7.843.589	117.770	-	7.961.359
Ganhos/(perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	2.182.213	(18.609)	-	2.163.604	(492.674)	(33)	-	(492.707)
Receitas de tarifas e comissões	1.155.436	268.588	(15.702)	1.408.322	705.339	303.368	(14.463)	994.244
Despesas de pessoal	(882.542)	(59.436)	-	(941.978)	(855.000)	(59.729)	-	(914.729)
Outras despesas administrativas	(2.684.941)	(122.011)	15.702	(2.791.250)	(2.923.294)	(124.699)	14.463	(3.033.530)
Depreciação e amortização	(164.434)	(19.086)	-	(183.520)	(154.876)	(9.226)	-	(164.102)
Despesas tributárias	(797.160)	(39.203)	-	(836.363)	(482.578)	(43.766)	-	(526.344)
Provisões (líquidas)	(1.054.810)	(9.238)	-	(1.064.048)	(284.330)	(333)	-	(284.663)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(2.261.353)	(37.138)	-	(2.298.491)	(2.723.183)	(50.147)	(105.833)	(2.879.163)
Resultado de participações em coligadas e controladas	55.698	12.499	(66.914)	1.283	4.015	-	-	4.015
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	(22.984)	(1.103)	-	(24.087)	(3.382)	(751)	-	(4.133)
Resultado antes dos impostos	318.449	91.096	(66.914)	342.631	633.626	132.454	(105.833)	660.247
Imposto de renda e contribuição social	205.358	(19.760)	-	185.598	(40.291)	(28.280)	-	(68.571)
Lucro líquido do período	523.807	71.336	(66.914)	528.229	593.335	104.174	(105.833)	591.676

	31/12/2024				31/12/2023			
	Financeiro	Outros	Eliminação	Total	Financeiro	Outros	Eliminação	Total
Total do ativo	65.495.701	1.443.150	(2.441.146)	64.497.705	58.176.179	1.613.135	(2.517.853)	57.271.461
Total do passivo	58.021.139	89.804	(1.109.604)	57.001.339	50.772.009	124.735	(1.046.959)	49.849.785

36) Saldos e transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros apuradas nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas

	Prazo Máximo	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades (a)		261	2.382	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	261	2.382	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)		-	56.860	5.455	93.699
Banco BTG Pactual S.A.	15/12/2025	-	56.860	5.455	93.699
Títulos e valores mobiliários		11.771	-	127	-
Banco BTG Pactual S.A.	03/11/2026	11.771	-	127	-
Outros ativos		312.923	32.948	150.682	-
Banco BTG Pactual S.A. (c)	Sem prazo	291.631	1.014	150.682	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	21.267	31.910	-	-
Pan Corretora de Seguros Ltda.	Sem prazo	25	24	-	-
Depósitos à vista (d)		(456)	(438)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(337)	(337)	-	-
Pan Corretora de Seguros Ltda.	Sem prazo	(119)	(101)	-	-
Depósitos interfinanceiros (e)		(15.294.181)	(3.360.962)	(1.018.674)	(661.027)
Banco BTG Pactual S.A.	30/12/2026	(15.294.181)	(3.360.962)	(1.018.674)	(661.027)
Depósitos a prazo (f)		(196.350)	(63.976)	(19.332)	(13.922)
Banco BTG Pactual S.A.	20/08/2029	(168.236)	-	(7.459)	-
Pan Corretora de Seguros Ltda.	29/05/2025	(26.381)	(61.720)	(11.642)	(13.727)
Pessoal chave da Administração	21/12/2026	(1.401)	(2.256)	(231)	(195)
Recursos de aceites e emissão de títulos		(2.202)	-	(573)	-
Banco BTG Pactual S.A.	13/11/2028	(2.202)	-	(573)	-
Depósitos de instituições financeiras		(4.750.000)	(4.701.027)	(503.488)	(607.616)
Banco BTG Pactual S.A.	15/08/2028	(4.750.000)	(4.701.027)	(503.488)	(607.616)
Instrumentos financeiros derivativos (g)		14.118	(70.327)	83.560	(86.433)
Banco BTG Pactual S.A.	31/12/2029	14.118	(70.327)	83.560	(86.433)
Outros passivos		(469.838)	(477.711)	(196.474)	51
Banco BTG Pactual S.A. (h)	Sem prazo	(434.947)	(455.442)	(196.474)	51
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(34.891)	(22.269)	-	-
Receita de prestação de serviços		-	-	420.660	210.939
,Too Seguros S.A. (i)	-	-	-	420.660	210.939
Despesas de Pessoal		-	-	(258)	(256)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(258)	(256)
Outras despesas administrativas		-	-	(49.823)	(31.164)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(12.620)	-
,Too Seguros S.A.	-	-	-	5	(2.375)
BTG Pactual Corretora (j)	-	-	-	(66)	(97)

Tecban S.A.	-	-	-	(731)	(4.859)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(36.411)	(23.833)
Outras despesas operacionais	-	-	-	(457.700)	(123.965)
Banco BTG Pactual S.A. (k)	-	-	-	(451.977)	(123.965)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(5.723)	-
Resultado obtido na cessão de crédito	-	-	-	1.004.521	2.421.762
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	1.004.521	2.421.762

- a) Referem-se as contas correntes das empresas Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A. e Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda.;
- b) Referem-se as aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
- c) Referem-se, substancialmente, ao Prêmio de Performance relacionado a cessões de crédito no montante de R\$ 152.958 e valores a receber, referentes a cessões de crédito no montante de R\$ 138.673;
- d) Referem-se aos saldos de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- e) Referem-se às captações por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- f) Referem-se às captações por meio de depósitos a prazo efetuadas pelo Banco PAN;
- g) Referem-se às operações de *swap*;
- h) Refere-se, substancialmente, ao JCP no montante bruto de R\$ 231.583 (31/12/2023 - R\$ 202.366) e provisão de PLA (passivo de liquidação antecipada) sobre cessões de crédito, no valor de R\$ 198.830 (31/12/2023 - R\$ 255.353);
- i) Refere-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros;
- j) Refere-se a despesas com formador de mercado; e
- k) Refere-se a despesas com cessão de crédito cedidas PLA (passivo de liquidação antecipada).

b) Remuneração dos administradores

Na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 26/03/2024, foi aprovada a proposta de Remuneração Anual Global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2024, independente do ano em que os valores forem efetivamente pagos, no montante de até R\$ 38.075, e aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 30/04/2024. A remuneração dos Administradores da Companhia, está apresentada na nota explicativa 24, na rubrica “honorários”.

• Outras informações

Conforme disposto na legislação em vigor, o Banco PAN realiza operações de crédito para pessoas consideradas partes relacionadas, somente em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e para esses possui critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis, sem que haja benefícios adicionais ou diferenciados em relação às operações realizadas com clientes de mesmo perfil.

37) Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida, patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Mercado Ativo: é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Nível 2: Dados observáveis, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujos valores são determinados usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3: Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Portanto, dados não observáveis refletem as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo, incluindo premissas sobre risco.

i. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir demonstra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 31/12/2024 e 31/12/2023, classificados com base nos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar o seu valor justo:

	31/12/2024			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros	1.706.858	224.057	1.188.829	3.119.744
Ao valor justo no resultado	20.381	14.695	1.188.829	1.223.905
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.686.477	209.362	-	1.895.839
Passivos financeiros	-	577	-	577
Ao valor justo no resultado	-	577	-	577

	31/12/2023			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros	609.071	221.748	2.597.694	3.428.513
Ao valor justo no resultado	51.342	-	2.597.694	2.649.036
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	557.729	221.748	-	779.477
Passivos financeiros	-	70.327	-	70.327
Ao valor justo no resultado	-	70.327	-	70.327

A seguir, os instrumentos financeiros que utilizam modelos internos para determinação do valor justo, cuja mensuração foi baseada em dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2) ou dados não observáveis (Nível 3):

	31/12/2024	31/12/2023	Técnicas de avaliação	Principais premissas
Ativos financeiros	1.412.886	2.819.442		
Ao valor justo no resultado	1.203.524	2.597.694		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.188.829	2.597.694	Método do valor presente líquido	Modelo interno de cálculo de fluxo futuro, descontado a valor justo utilizando dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)– B3 S.A.
Contratos de <i>swap</i>	14.695	-		Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) – B3 S.A.
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	209.362	221.748		
Certificados de Recebíveis Imobiliários	198.905	204.741	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares).
Títulos patrimoniais	10.457	17.007	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares).
Passivos financeiros	577	70.327		
Ao valor justo no resultado	577	70.327		
Contratos de <i>swap</i>	577	70.327	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) – B3 S.A.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são classificados no Nível 3.

A seguir apresenta-se uma comparação entre os principais valores contábeis dos ativos e passivos financeiros do Banco não mensurados a valor justo e seus respectivos valores justos no final do período:

31/12/2024					
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao custo amortizado	52.256.714	63.857.809	5.811.596	1.994	58.044.219
Títulos e valores mobiliários	6.094.142	5.811.596	5.811.596	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	4.520	1.994	-	1.994	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	45.594.280	57.480.447	-	-	57.480.447
Outros ativos financeiros	563.772	563.772	-	-	563.772
Passivos financeiros ao custo amortizado	51.994.014	53.437.223	98.451	16.119.742	37.219.030
Depósitos de clientes	15.162.250	16.119.742	-	16.119.742	-
Depósitos de instituições financeiras	20.971.215	21.304.577	-	-	21.304.577
Recursos de emissão de títulos	15.499.197	15.647.539	-	-	15.647.539
Outros passivos financeiros	361.352	365.365	98.451	-	266.914

31/12/2023					
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao custo amortizado	44.390.113	53.566.730	6.395.417	257.305	46.914.008
Títulos e valores mobiliários	6.491.005	6.372.975	6.372.975	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	259.584	257.305	-	257.305	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	37.002.430	46.299.356	-	-	46.299.356
Outros ativos financeiros	637.094	637.094	22.442	-	614.652
Passivos financeiros ao custo amortizado	44.802.425	45.877.534	115.056	21.679.934	24.082.544
Depósitos de clientes	20.947.795	21.679.934	-	21.679.934	-
Depósitos de instituições financeiras	10.221.311	10.334.470	-	-	10.334.470
Recursos de emissão de títulos	13.039.005	13.260.300	-	-	13.260.300
Outros passivos financeiros	594.314	602.830	115.056	-	487.774

Os métodos e premissas utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas a seguir:

- As operações de empréstimos e adiantamentos a clientes referem-se, basicamente, às operações com taxas pré-fixadas cujo valor justo foi calculado com base nas taxas de juros praticadas pelo Banco nas respectivas datas-bases. As operações de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras representam as operações compromissadas de curto prazo e os certificados de depósitos interfinanceiros indexados principalmente a taxas pós-fixadas e os seus valores contábeis se aproximam ao valor justo das operações. Os instrumentos de dívidas mensurados ao custo amortizado incluem títulos públicos. Seus valores justos foram calculados pelas respectivas PU Anbima e pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro B3 S.A., respectivamente.
- Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado referem-se, basicamente, às operações de depósitos e captações atreladas às taxas pós-fixadas ou indexadores, tais como: CDI, IGPM, IPCA e INPC.
- Para as operações de captação por meio de depósitos com taxas prefixadas e as captações no Exterior em moeda estrangeira, o valor justo foi calculado pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro (B3 S.A.).

38) Gestão de Risco Operacional e Riscos Financeiros

38.1) Introdução e visão geral

Os principais riscos aos quais o Banco está exposto, e que são provenientes de suas atividades, são apresentados a seguir:

- Risco de Crédito;
- Risco de Liquidez;
- Risco de Mercado; e
- Risco Operacional.

38.2) Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração representa a maior instância na estrutura de gestão do Banco, sendo subordinados a ele o Diretor Presidente e a estrutura de Auditoria. As diretorias, segmentadas por tipo de atividade e negócio, estão ligadas diretamente ao Diretor Presidente. Entre essas, está a Diretoria de Controladoria e Compliance, que possui a atribuição de definir as metodologias e métricas de risco, assim como o monitoramento e reporte de todos os riscos financeiros e não financeiros aos quais a atividade bancária está sujeita.

A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle do risco de crédito é a Gerência Executiva de Risco de Crédito. A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle dos riscos de mercado, liquidez, capital e risco operacional é a Gerência de Riscos e Controles Internos.

O Banco adota as seguintes definições no gerenciamento de riscos:

- **Risco de Crédito:** é o risco associado: (i) ao não cumprimento, pelo tomador, garantidor ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) à desvalorização de contrato de crédito ou instrumento financeiro devido à deterioração de risco do tomador ou emissor; (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. No tratamento do risco de crédito, o risco de concentração a tomadores, garantidores, contrapartes, emissores e setores econômicos deve ser levado em consideração.
- **Risco de Liquidez:** é o risco associado à possibilidade do Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- **Risco de Mercado:** é o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do Banco, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.
- **Risco Operacional:** é o risco devido à ocorrência de eventos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ainda de eventos externos relacionados que impactem o alcance dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais do Banco. Essa definição inclui o risco legal, que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

A Instituição classifica os eventos de Risco Operacional nas seguintes categorias:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Interrupção das atividades da Instituição; e
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação.

38.2.1) Risco de Crédito

Na estrutura do Banco PAN, tanto na concessão de crédito como no gerenciamento dos riscos de crédito e na cobrança e recuperação de ativos, a carteira é dividida nos segmentos empresas, varejo e crédito imobiliário, sendo o primeiro composto por empréstimos e financiamentos a pessoas jurídicas e os demais a pessoas físicas (Crédito Direto ao Consumidor - CDC, Leasing, Crédito Pessoal, Cartões de Crédito, Consignado e Crédito Imobiliário).

a) Políticas e estratégias da gestão de risco de crédito

A unidade de gerenciamento de risco de crédito tem como objetivos:

- Monitorar a concentração de exposição por contrapartes, área geográfica e setor de atividade;
- Identificar, mensurar, monitorar e reportar o risco de crédito das carteiras, bem como acompanhar o volume de provisionamento regulatório e gerencial;
- Propor, acompanhar e reportar os limites de exposição aos riscos de crédito de carteira;
- Disseminar junto às unidades, principalmente as de negócio e produto, as melhores práticas relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito de carteira; e
- Monitorar, reportar e propor ações de mitigação, visando manter a exposição a risco de crédito de carteira alinhada à estratégia de negócios definida pela alta Administração.

A Auditoria Interna realiza auditorias regulares nas unidades de negócios e nos processos de crédito do Grupo.

b) Ciclo de Crédito

O Banco tem como premissa básica para a concessão de crédito, a análise da capacidade de caixa e capacidade de acesso às linhas de crédito da empresa ou a capacidade de pagamento da pessoa física.

Em todos os casos, as garantias das operações são observadas como acessórias e, portanto, não sendo o principal motivo para concessão de crédito. O nível de garantias exigidas está relacionado ao risco do cliente e da operação. O processo de concessão de crédito está estruturado da seguinte forma para cada um dos principais segmentos de atuação, empresas, varejo e crédito imobiliário:

i. Empresas

A classificação do rating do cliente é realizada no momento da avaliação de crédito. O modelo de classificação leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente, visitas técnicas e pesquisas no mercado, com clientes, fornecedores e concorrentes. Quando é caracterizado grupo econômico,

é definida uma classificação para o grupo consolidado. A partir do rating do cliente é definido um *rating* da operação, que leva em consideração as garantias envolvidas. Desde 2017, a carteira de empresas foi descontinuada (*run-off*).

ii. Varejo

Nas operações de varejo, o processo de concessão de crédito é suportado pelas informações cadastrais de cada cliente capturadas nos pontos de venda, pelos dados de *bureaus* de crédito, pela avaliação dos analistas de crédito e modelos de *scoring* automatizados, bem como pelo cumprimento das exigências internas definidas pela Diretoria e externas, pelo BACEN.

iii. Crédito Imobiliário

São realizados controles e acompanhamentos dos respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores. Desde 2017, a carteira de crédito imobiliário foi descontinuada (*run-off*).

c) Gerenciamento de Risco de Crédito

Após a contratação da operação, é necessário realizar o gerenciamento de risco de crédito das carteiras de produtos, segmentos e de cada empresa do Conglomerado PAN, visando analisar o comportamento de pagamento das operações.

d) Exposição ao Risco de Crédito

Na tabela a seguir tem-se o resumo da exposição máxima ao risco de crédito nas carteiras próprias e cedida com coobrigação para 31/12/2024 e 31/12/2023. A exposição máxima atingiu R\$ 67,1 bilhões, sendo R\$ 6,4 bilhões deste montante de limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas (R\$ 57,4 bilhões, sendo R\$ 5,2 bilhões deste montante de limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas em 31/12/2023).

i. Exposição máxima ao risco de crédito

	31/12/2024		31/12/2023	
	Total	Perda esperada	Total	Perda esperada
Empréstimos e adiantamentos a clientes	52.121.462	5.272.058	43.945.066	4.262.616
Itens não registrados no balanço patrimonial (1)	6.430.436	66.295	5.238.615	82.326
Títulos e valores mobiliários	7.999.905	-	7.304.817	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	4.520	-	259.584	-
Outros ativos financeiros	563.772	-	637.094	-
Exposição máxima ao risco de crédito	67.120.095	5.338.353	57.385.176	4.344.942

(1) Referem-se a limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas, para os quais foram constituídas provisões para perdas.

Títulos e valores mobiliários são representados, substancialmente, por 97,0% em títulos do governo brasileiro dos quais não apresentam risco de crédito, conforme definição do BACEN.

Na tabela a seguir é apresentada a distribuição dos ativos de acordo com a classificação de vencimento e ocorrência de perdas de crédito esperadas.

Carteira de Crédito	31/12/2024	31/12/2023
Não vencidos nem sujeitos a perdas de crédito esperadas	39.664.120	33.309.918
Vencidos, mas não sujeitos a perdas de crédito esperadas	5.285.690	6.054.807
Sujeitos a perdas de crédito esperadas	7.171.652	4.580.341
Total de empréstimos e adiantamento a clientes	52.121.462	43.945.066
Provisão para perda de crédito esperada (2)	(5.338.353)	(4.344.942)
Valor líquido (Nota 8.a)	46.783.109	39.600.124

(2) Contempla provisão para perdas de itens em exposição não registrados no Balanço Patrimonial no montante de R\$ (66.295) em 31/12/2024 e R\$ (82.326) em 31/12/2023.

A concentração de risco dos maiores devedores segue na tabela a seguir:

Maiores devedores	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	481.156	0,92	626.395	1,43
50 seguintes maiores devedores	510.242	0,98	543.090	1,24
100 seguintes maiores devedores	164.219	0,32	199.742	0,45
Demais devedores	50.965.845	97,78	42.575.839	96,88
Total	52.121.462	100,00	43.945.066	100,00

Da carteira de crédito total do varejo, os empréstimos cobertos por garantias são: veículos leves, veículos pesados e motos.

As operações de crédito com prazos renegociados correspondem às transações reestruturadas em razão da deterioração da posição financeira dos tomadores. Uma vez que a operação é reestruturada, esta continua nesta categoria independentemente de ter desempenho satisfatório após a reestruturação.

A carteira de operações de crédito com prazos renegociados atingiu R\$ 1.805.621 (R\$ 1.064.235 em 31/12/2023). Os produtos contemplados na carteira de renegociação são os financiamentos de veículos leves, motos, pesados e cartões de crédito.

ii. A tabela a seguir apresenta os ativos vencidos mas não sujeitos a perda ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso

Atraso (em dias)	31/12/2024		31/12/2023	
	Saldo	%	Saldo	%
1 a 30	3.327.094	62,95	3.703.365	61,16
31 a 60	1.240.536	23,47	1.469.494	24,27
61 a 90	718.060	13,58	881.948	14,57
Total	5.285.690	100,00	6.054.807	100,00

iii. A tabela a seguir apresenta os ativos sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso

Atraso (em dias)	31/12/2024		31/12/2023	
	Saldo	%	Valor	%
A vencer	1.640	0,02	2.583	0,06
Vencidos acima de 90 dias	7.170.012	99,98	4.577.758	99,94
Total	7.171.652	100,00	4.580.341	100,00

38.2.2) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco associado à possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

i. Gerenciamento ao risco de liquidez

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de liquidez são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de liquidez e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de liquidez em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações; e
- Identificar previamente o risco de liquidez inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado.

A unidade responsável pelo Controle de Risco de Liquidez gera e analisa, diariamente, um conjunto de informações e relatórios sobre as exposições e fluxos de caixa do Banco, incluindo aqueles relacionados à análise de descasamento dos ativos e passivos em moeda, prazo e taxa, e ao controle de limites aprovados e aqueles com as projeções de fluxos de caixa em cenários de normalidade e estresse em um horizonte de 90 dias, que são reportados para a mesa de operações e para a Diretoria.

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez possui por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades relativas ao gerenciamento do risco de liquidez em consonância ao plano estratégico e às melhores práticas de governança corporativa, visando resguardar a solvência do Conglomerado, manter a exposição a este risco em níveis adequados e dentro dos limites aprovados, e cumprir com os requerimentos regulatórios.

ii. Exposição ao risco de liquidez

Os valores projetados e prazos contratuais remanescentes de passivos financeiros são:

31/12/2024 – Valor Futuro							
Sem vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	- 1.310.896	481.650	501.435	3.060.270	4.275.576	9.406.074	19.035.901
Depósitos de instituições financeiras	- 579.918	348.845	177.761	428.437	1.046.931	21.530.116	24.112.008
Total de depósitos	- 1.890.814	830.495	679.196	3.488.707	5.322.507	30.936.190	43.147.909
Cessão de crédito com coobrigações	- 2.964	2.565	1.322	556	-	-	7.407
Dívidas subordinadas	- -	-	-	-	-	24.125	24.125
Empréstimos no Exterior	- -	-	-	62.385	59.965	-	122.350
Instrumentos Financeiri	- -	-	-	-	-	-	-
Recursos de emissão de títulos	- 64.120	198.601	112.218	964.329	3.029.956	11.198.328	15.567.552
Total	- 1.957.898	1.031.661	792.736	4.515.977	8.412.428	42.158.643	58.869.343

31/12/2023 – Valor Futuro							
Sem vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	- 2.263.153	2.041.465	1.413.509	1.801.864	4.111.145	10.585.993	22.217.129
Depósitos de instituições financeiras	- 558.565	978.314	67.415	201.076	1.199.665	13.762.977	16.768.012
Total de depósitos	- 2.821.718	3.019.779	1.480.924	2.002.940	5.310.810	24.348.970	38.985.141
Cessão de crédito com coobrigações	- 12.462	12.202	12.098	33.954	58.947	69.701	199.364
Dívidas subordinadas	- -	-	-	-	-	21.913	21.913
Empréstimos no Exterior	- -	-	28.676	-	409.382	409.808	847.866
Instrumentos financeiros derivativos (a pagar)	- -	-	36.807	-	84.425	91.755	212.987
Recursos de emissão de títulos	- 185.177	222.724	10.943	867.262	1.498.644	3.705.403	6.490.153
Total	- 3.019.357	3.254.705	1.569.448	2.904.156	7.362.208	28.647.550	46.757.424

(*) os depósitos de clientes referem-se, basicamente, a operações de depósitos a prazo com datas de vencimento determinadas, porém podem ser resgatados antes dos prazos contratuais.

A tabela anterior apresentou os fluxos de caixa futuros referentes aos passivos financeiros, por prazo de vencimento, incluindo os valores a pagar estimados com operações de instrumentos financeiros derivativos.

Os fluxos de caixa pós-fixados são estimados com base nas projeções de indexadores embutidas nas taxas de mercado em 31/12/2024 e 31/12/2023.

Com relação ao valor presente dos fluxos de vencimentos dos valores a pagar passivos financeiros, vide as respectivas notas explicativas desses passivos.

38.2.3) Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do Banco, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial; dos preços de ações; e dos preços de mercadorias (commodities). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.

i. Gerenciamento do risco de mercado

A instância maior de gestão de riscos no Grupo PAN é o Conselho de Administração a quem subordina-se o diretor presidente e toda a diretoria. As Diretorias Financeira e de Relações com Investidores e a Diretoria de Controladoria e Compliance são as áreas envolvidas no gerenciamento de riscos financeiros. O Comitê de Ativos e Passivos tem como atribuições, entre outras, a análise de conjuntura econômica, estabelecer e acompanhar limites operacionais, níveis mínimos de caixa, controle de exposições e gestão de descasamentos entre ativos e passivos.

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado define os princípios, os valores e as responsabilidades na gestão desse risco. Além disso, cabe a área de risco revisar e propor periodicamente as políticas e processos de riscos, visando ao contínuo melhoramento.

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de mercado são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de mercado das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de mercado e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de mercado em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações; e
- Identificar previamente o risco de mercado inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Banco.

A identificação, mensuração, avaliação e controle dos riscos são realizados com base nas seguintes métricas:

- **Valor em Risco (“VaR” – Value at Risk):** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado é de 95% ou 99% de confiança para diferentes horizontes de tempo;

- **Perdas em cenários de estresse:** são as perdas teóricas calculadas depois da aplicação de choques nas curvas em cenários de estresse de mercado das posições atuais. Adicionalmente, são realizados os cálculos de estresse de taxa de juros para operações do *banking book*, conforme determinado pela Circular BACEN 3.876/18;
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais;
- **Análise de sensibilidade (gregas):** sensibilidade dos preços das opções em relação aos preços dos ativos-objetos, volatilidades, taxas de juros e tempo;
- **Análise dos descasamentos:** dos fluxos em moedas, prazos e taxas de juros; e
- **Acompanhamento da efetividade dos derivativos financeiros:** utilizados na mitigação de risco de mercado (operações com o objetivo de *hedge* de exposições em moeda estrangeira, por exemplo).

A unidade responsável pelo controle de risco de mercado utiliza uma composição de métricas para a mensuração diária da exposição ao risco de taxa de juros da carteira *banking*, que, quando avaliadas em conjunto, tornam possível à Instituição ter uma visão mais clara e abrangente sobre os riscos de mercado incorridos. São exemplos de métricas:

- **VaR paramétrico:** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado para a mensuração da RBAN é de 95% ou 99% de confiança;
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais; e
- **GAP ANALYSIS:** a análise de *gaps* é uma ferramenta importante na identificação das diferenças entre os valores tomados ou aplicados das posições da Instituição Financeira. Por meio de sua análise, é possível identificar as operações ou produtos que apresentem os maiores riscos de mercado, ou as diferenças de prazo, que geram risco de inclinação das curvas.

ii. Classificação das operações

De acordo com a Resolução BCB nº 111/21, o Banco deve adotar critérios mínimos na especificação da identificação das operações incluídas na carteira de negociação. A área de Controle de Risco de Mercado monitora o cumprimento dos critérios estabelecidos na Política de Classificação das Operações assumidas pelo Banco nas carteiras:

- **Trading Book (carteira de negociação):**

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas a limitações internas da sua negociabilidade.

- **Banking Book (carteira de operações não classificadas na carteira de negociação):**

A carteira de não negociação é composta, de forma geral, pelas operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, não classificados na carteira de negociação, inclusive aqueles destinados a *hedge* de outros elementos desta carteira.

iii. Exposição aos riscos de mercado – carteiras mantidas para negociação

A principal ferramenta usada para medir e controlar a exposição aos riscos de mercado dentro das carteiras mantidas para negociação é o indicador de Valor em Risco (VaR). O VaR de uma carteira mantida para negociação é a perda máxima estimada que pode ocorrer dentro de um período específico de tempo (período de manutenção) e com uma dada probabilidade de ocorrência (nível de confiança).

iv. Exposição aos riscos de taxa de juros – carteira de operações não classificadas na carteira de negociação

A mensuração, monitoramento e controle do risco de taxa de juros da carteira *banking* são realizados por meio de uma composição de métricas que são avaliadas em conjunto, dentre elas o VaR paramétrico, a análise de sensibilidade a movimentos das curvas de mercado, a avaliação dos descasamentos de ativos e passivos, dentre outros.

A partir de janeiro de 2020 a mensuração da parcela de capital referente ao risco de taxa de juros do *Banking Book* é realizada pela metodologia de valor econômico Delta EVE conforme disposto na Circular 3.876/18.

Outra ferramenta de gestão do risco de taxa de juros é a análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Banco a diversos cenários de curvas de taxas de juros. Tal análise mensura os impactos da carteira total do Banco (*trading* e *banking*) decorrente de variações nas taxas de juros e no câmbio. São apresentados a seguir os resultados da análise de sensibilidade, com a descrição dos cenários utilizados.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(7)	(4.212)	(8.293)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(10)	(3.089)	(5.532)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(2)	(2.208)	(3.668)
Moeda Estrangeira	Taxa de Câmbio	-	(10)	(23)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	-	(783)	(1.567)
Total em 31/12/2024		(19)	(10.302)	(19.083)
Total em 31/12/2023		(143)	(9.618)	(18.415)

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banco com o objetivo de realizar o gerenciamento dos riscos de mercado decorrentes das exposições em moedas, taxas de juros, além dos prazos de vencimentos das exposições.

	Notional		Valor de Mercado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Posição Comprada - Dólar				
<i>Swap</i>	(214.504)	(429.008)	(233.849)	(372.395)
Total	(214.504)	(429.008)	(233.849)	(372.395)
Posição Vendida - Dólar				
DOL	(3.110)	(2.435)	(3.110)	(2.435)
Total	(3.110)	(2.435)	(3.110)	(2.435)

38.2.4) Risco operacional

Visando o aperfeiçoamento e a adequada estrutura para o gerenciamento do risco operacional, o Banco empenha contínuos esforços e investimentos para, em conformidade com as leis, resoluções e normas internas e externas, implementar ações que permitam a efetividade do gerenciamento de riscos, o qual é realizado considerando o nível de complexidade dos seus negócios, produtos, processos e sistemas.

i. Processo de gerenciamento do risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional é composto das seguintes etapas: identificação, avaliação, mensuração, resposta, monitoramento, controle e reporte dos riscos, nesse processo são considerados também os respectivos controles.

Devido à sua natureza complexa, o risco operacional, possui características subjetivas e objetivas, que implicam na utilização de metodologias qualitativas para identificar e avaliar os riscos, bem como metodologias quantitativas, como por exemplo, a base de dados de perdas e indicadores de riscos, performance e controle, para garantir que o gerenciamento do risco operacional seja efetivo e agregue valor à Instituição.

ii. Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional

A estrutura para o gerenciamento do risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado, e está baseada nas três linhas de defesa, sendo todas as áreas de negócio / suporte, as primeiras responsáveis pela gestão e controle dos riscos relativos aos processos, sistemas, e produtos sob sua responsabilidade; a área de Controladoria e Compliance e a área Jurídica atuam como uma segunda linha de defesa, suportando as áreas de negócio / suporte nos aspectos técnicos e metodológicos ao mesmo tempo que monitoram e controlam os principais riscos e, por fim, a Auditoria Interna, que realiza um terceiro nível de controle por meio da avaliação da estrutura de processos, sistemas e controles em vigor.

As áreas e os órgãos colegiados, que formam a estrutura de gerenciamento de risco operacional e legal do Conglomerado, atuam conforme a governança corporativa estabelecida, bem como definições nos regimentos internos dos comitês de assessoramento à Diretoria. Em particular, no que tange ao gerenciamento do risco operacional, temos as responsabilidades descritas a seguir:

- Definir e disseminar os conceitos de risco operacional;
- Elaborar, sugerir e submeter ao Comitê responsável, as políticas, normas e limites operacionais associados à exposição ao risco operacional;
- Elaborar, sugerir e submeter ao Comitê responsável, as metodologias relacionadas ao gerenciamento de riscos operacionais e controles;

- Monitorar e controlar a exposição ao risco operacional, abrangendo todas as fontes relevantes de riscos e gerando relatórios tempestivos para a Diretoria; e
- Suportar a identificação, prévia, do risco operacional inerente às novas atividades e produtos e alterações relevantes, e se estes se adequam aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado PAN.

iii. Gerenciamento de Capital

O Banco PAN considera a gestão de capital como um dos pilares estratégicos, que é executada de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos e das estratégias da Instituição e sempre observando os limites de capital estabelecidos na regulamentação em vigor.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderente às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia consolidadas na regulamentação baixada pelo CMN e pelo BACEN, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. Nessa gestão é contemplada a alocação de recursos de capital para fazer face à expansão dos negócios do Banco, inclusive para os investimentos necessários, de acordo com as estratégias em implementação.

A partir da data base 30/06/2021, o Banco BTG Pactual passou a exercer, de forma individual, o controle do Banco PAN e, conseqüentemente, passou a fazer parte do grupo de empresas que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro do BTG Pactual, o qual reporta de maneira consolidada, ao BACEN, os indicadores de Capital.

Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos e de capital podem ser consultados no [site www.btgpactual.com.br/ri](http://www.btgpactual.com.br/ri) na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Risco.

39) Outras Informações

Comparação entre as práticas contábeis do BRGAAP e IFRS

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.818/20, apresentamos a seguir as principais diferenças entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o BRGAAP (que é a base contábil para fins de apuração fiscal, bem como para distribuição de lucros aos acionistas), e as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS).

Combinação de negócios

O ágio adquirido em combinações de negócios é resultante da diferença entre a contraprestação e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Esse ágio é amortizado ao longo do prazo previsto para a realização dos benefícios econômicos futuros que fundamentaram seu reconhecimento no BRGAAP. Por outro lado, de acordo com as IFRS, o ágio não é amortizado, mas é testado, no mínimo anualmente, para identificar possíveis impairment. Em relação à aquisição em etapas (*step acquisition*), até o exercício de 2022, o BRGAAP não exigia a mensuração do valor justo da participação anteriormente detida antes da aquisição de controle. Já no IFRS, os efeitos das remensurações impactavam a demonstração do resultado, com o valor correspondente sendo alocado à reserva de lucros. Essa diferença de tratamento contábil até 2022 resulta em uma diferença nos patrimônios entre os GAAPs.

Instrumentos financeiros

Além das diferenças nas classificações de instrumentos financeiros entre o BRGAAP e as IFRS, a principal divergência introduzida pela IFRS 9, em comparação com as regras do Banco Central (Resolução 2.682 e Circular 3.068), é o cálculo sistemático da Perda esperada para ativos financeiros.

Arrendamentos

Embora tenha um impacto insignificante no resultado do período, o IFRS 16 prevê a contabilização do fluxo total de pagamentos de aluguéis a serem realizados, descontado por uma taxa incremental, como passivo do Banco, com o correspondente reconhecimento do Direito de uso no Ativo no momento inicial. Posteriormente, o ativo será depreciado com base na vida útil do contrato de aluguel, enquanto o passivo será atualizado considerando o efeito dos juros ao longo do tempo. Já o BRGAAP prevê o reconhecimento linear do aluguel no resultado, como contrapartida de lançamentos em contas a pagar mensalmente.

Efeitos tributários

Com base nos itens mencionados anteriormente e considerando que a base tributária do Banco é apurada de acordo com a contabilidade conforme o BRGAAP, são apurados e contabilizados efeitos de impostos diferidos relacionados a essas diferenças de GAAP nestas demonstrações financeiras consolidadas.

São Paulo, 28 de janeiro de 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Roberto Balls Sallouti

Conselheiros

André Santos Esteves

André Fernandes Lopes Dias

Sérgio Cutolo dos Santos

Alexandre Camara e Silva

Fábio de Barros Pinheiro

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Maíra Habimorad

DIRETORIA

Diretor Presidente

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Diretores

Alex Sander Moreira Gonçalves

Caio Crepaldi Cassano

Diogo Ciuffo da Silva

Leonardo Ricci Scutti

Marco Antonio Cury Chain

CONTADOR

Tiago Rachid Cambria

CRC 1SP266263/O-0